



## MPX: ENERGIA PARA O CRESCIMENTO DO BRASIL.

A MPX, empresa de energia do Grupo EBX com um portfólio licenciado de 14.000 MW, encerrou 2011 com 3.000 MW vendidos, dobrando a quantidade de energia contratada. Em fase pré-operacional, a MPX investiu R\$1,8 bilhão no ano. Os empreendimentos atualmente em construção asseguram receitas futuras de, aproximadamente, R\$ 24 bilhões.

Protagonista desse momento único no desenvolvimento do Brasil, firmou uma parceria estratégica com a alemã E.ON, uma das maiores empresas de energia no mundo, com o objetivo de desenvolver novos projetos de geração no Brasil, alavancando o potencial de crescimento do mercado energético nacional.

Em 2012, a MPX entrega ao país 1.080 MW de capacidade instalada em três termelétricas no Maranhão e no Ceará. As usinas empregaram mais de 11 mil pessoas no auge das obras, levando oportunidades, desenvolvimento e renda às localidades onde estão instaladas.

Esse é o nosso compromisso: investir na energia que contribuirá para o desenvolvimento sustentável do País.



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DEZEMBRO DE 2011

Senhores Acionistas,

A Administração da MPX Energia S.A. ("MPX"), em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

### 1. Mensagem da Administração

2011 foi um ano excepcional para a MPX, fruto do trabalho e da determinação de nossa equipe, não apenas no desenvolvimento de uma estratégia que nos permitisse acelerar o crescimento e elevar a rentabilidade de nosso negócio, como também na eficaz execução dos planos traçados.

De fato, no início de 2012, a excelência da estratégia de integração vertical e da visão comercial de nossa companhia foi reconhecida por uma das mais importantes empresas de energia do mundo, a E.ON AG, que identificou a MPX como a companhia com a melhor plataforma para capitalizar o alto crescimento projetado para o Brasil. Juntas, alavancando as significativas complementaridades e a experiência de ambas as companhias, MPX e E.ON pretendem criar uma das maiores empresas privadas de energia do país. Essa parceria, altamente estratégica, irá gerar significativas oportunidades de crescimento ao longo dos próximos anos.

Como resultado de nossa parceria com a E.ON, nossos ativos de carvão na Colômbia serão cindidos e formarão uma nova companhia, independente - a CCX - que também será listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Aproximadamente quatro anos se passaram desde a aquisição de nossas primeiras concessões minerais na Colômbia e, nesse curto espaço de tempo, realizamos uma vasta campanha de sondagem e complexos projetos de engenharia. Entregamos a CCX aos nossos acionistas confiantes de que a companhia está destinada a se tornar um importante *player* no mercado internacional de carvão, com longo potencial de criação de valor.

Nossas realizações no último ano não teriam sido possíveis sem o talento de nossa equipe financeira. Em meados de 2011, a MPX levantou R\$ 1,4 bilhão através da emissão de debêntures conversíveis, assegurando que as necessidades de capital da companhia no curto e médio prazos estivessem cobertas e permitindo, assim, a contratação de 1,5 GW de nova capacidade, a ser construída nos próximos anos.

Ao longo de 2011, a OGX Maranhão, sociedade formada entre a MPX e a OGX, deu continuidade à campanha exploratória de seus blocos terrestres na Baía do Parnaíba. Com mais de 11 Tcf em recursos riscados totais, estimados pela DeGolyer & MacNaughton, esses ativos proporcionarão à MPX vantagens competitivas de longo-prazo, possibilitadas pela integração do fornecimento de gás natural à geração de energia na região. O mês de maio de 2011 marcou o início do desenvolvimento de um importante complexo de geração térmica a gás, que deverá contribuir significativamente para a futura expansão deste segmento no Brasil. Nesse mês, a OGX Maranhão apresentou à ANP a declaração de comercialidade de duas acumulações de gás - Gavião Azul e Gavião Real - que poderão atingir, já em 2013, uma produção de seis milhões de metros cúbicos por dia.

A declaração de comercialidade desses dois campos foi prontamente seguida pela aquisição de contratos de energia totalizando 676 MW, que serão fornecidos pela UTE Parnaíba - Fase I, a partir de 2013. E em agosto, foi assegurado o desenvolvimento da UTE Parnaíba - Fase II, quando nossa companhia sagrou-se vencedora no leilão de energia A-3, para fornecimento de 517 MW adicionais, a partir de 2014. As empresas espanholas Duro Felguera e Initec Energia S.A. foram engajadas para construção das Fases I e II, respectivamente, e nossa parceria com a GE assegurou o fornecimento de equipamentos para ambas as usinas. Três turbinas e três geradores elétricos já foram embarcados para o Brasil e uma quarta turbina está em fase de testes. Duas turbinas adicionais encontram-se em fase de montagem na planta da GE, em Greenville, na Carolina do Sul. Ao final do ano, com a assinatura de um contrato com a MMX, para fornecimento de energia para sua mina de minério de ferro Serra Azul, a capacidade contratada total do complexo do Parnaíba atingiu 1,5 GW. Estamos confiantes de que capacidade adicional poderá ser consistentemente implementada com a intensificação da campanha de perfuração pela OGX Maranhão e a identificação de novos campos comercialmente viáveis para a produção de gás.

Também devemos ressaltar as iniciativas da companhia na área de Sustentabilidade. A MPX recebeu o prêmio ECO 2011 por sua pioneira iniciativa no Estado do Ceará, a Usina Solar Tauá, primeira unidade de geração solar na América Latina conectada à rede elétrica, com capacidade inicial de 1 MW e em processo de licenciamento para aumento da capacidade para 50 MW. A Usina de Tauá é prova de nossa confiança no desenvolvimento da geração de energia solar no Brasil, como fonte complementar na matriz energética do país. Esse é o segundo reconhecimento consecutivo da MPX pelo Prêmio ECO, que completou 29 anos em 2011. Em 2010, a MPX foi reconhecida pelo programa de realocação de 95 famílias no Maranhão, a Vila Canaã, que redefiniu os parâmetros de qualidade e responsabilidade social na região.

Ademais, durante 2011, a MPX proporcionou oportunidades de treinamento profissional para mais de 1.500 pessoas através de seus programas no Maranhão e no Ceará e, ainda, no Chile e na Colômbia. Projetos de investimento social foram desenvolvidos em locais próximos aos projetos de nossa companhia, com foco em apoio para serviços essenciais, em especial educação e saúde. A "Associação da Escola Família Agrícola" localizada em Capinzal do Norte, no Estado do Maranhão, recebeu doações que forneceram maquinário para fabricação de polpas de frutas, criando novas oportunidades de geração de renda para seus membros. Ainda durante o ano, o distrito de Pecém, no Ceará, foi beneficiado pelo programa "Crianças Saudáveis, Futuro Saudável", resultado de uma parceria entre a MPX e a ONG Inmed Brasil. Este programa visa melhorar a qualidade de vida das crianças, contribuindo para a prevenção de anemia e parasitoses intestinais.

2012 promete ser mais um ano de grandes conquistas para a MPX. No primeiro semestre, a companhia iniciará suas operações em Pecém I e Itaqui, que juntas irão gerar 1.080 MW. Além disso, a produção de gás nos campos de Gavião Real e Gavião Azul deverá ser iniciada no segundo semestre, gerando fluxos de caixa adicionais com o início do comissionamento das usinas termelétricas do Parnaíba.

A recém formada parceria reunirá a notável experiência em desenvolvimento e licenciamento, amplo conhecimento do mercado brasileiro de energia e diferenciada visão comercial da MPX à vasta experiência da E.ON no desenvolvimento, execução e operação de um portfólio de energia que atualmente totaliza 69 GW, divididos entre geração a gás, a carvão, renovável e nuclear, assim como sua operação global de comercialização e suprimento de energia e combustíveis. Estamos certos de que, juntas, as duas companhias poderão criar um negócio muito maior que a soma das partes, gerando novas oportunidades de crescimento muito além do atual portfólio.

A MPX atingiu muitos marcos importantes em sua relativamente curta história como companhia aberta e agora está pronta para se tornar um dos principais *players* do crescente setor de energia da América Latina. Mais uma vez, devemos agradecer à nossa equipe por toda a sua dedicação e comprometimento, bem como aos nossos acionistas por sua grande confiança em nossa capacidade. Nossas conquistas não teriam sido possíveis sem eles.

**Eduardo Karrer**

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

### 2. Principais Eventos de 2011

• Diagnóstico Ambiental de Alternativas para o porto da MPX na Colômbia aprovado em fevereiro de 2011.

### Balancos Patrimoniais Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
<b>Ativo Total Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	960.258	195.612	1.442.415	304.467
Títulos e valores mobiliários	7	-	4.909	9.437	175.091
Contas a receber	9	-	-	21.898	9.846
Subsídios a receber - Conta Consumo de Combustível	9	-	-	4.828	4.190
Estoques	10	-	-	85.938	7.068
Despesas antecipadas	11	151	188	13.908	8.469
Impostos a recuperar	12	29.385	51.272	37.711	52.615
Ganhos com derivativos	21	21.641	50.180	48.789	720.353
Adiantamentos diversos		2.138	922	11.285	4.132
Depósitos vinculados	8	56.727	365.508	61.844	365.508
Dividendos a receber	13	2.362	-	-	-
Outros créditos		-	1	39	575
		<u>1.070.310</u>	<u>668.592</u>	<u>1.738.092</u>	<u>1.652.314</u>
<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo					
Despesas antecipadas	11	55	55	2.514	4.283
Depósitos vinculados	8	-	-	62.471	9.170
Subsídios a receber - Conta Consumo de Combustível	9	-	-	24.617	24.617
Imposto a recuperar	12	35.585	-	90.834	18.270
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	88.680	19.407	432.337	303.743
Mutuo com controladas	17	24.173	267.437	-	-
Contas a receber com outras pessoas ligadas	17	2.796	-	8.436	3.263
Contas a receber com controladas	17	5.710	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital com controladas	17	162.757	10.270	-	-
Ganhos em operações com derivativos	21	-	-	705.020	648.694
Outros créditos		-	-	-	3.541
		<u>319.756</u>	<u>297.169</u>	<u>1.326.229</u>	<u>1.015.581</u>
<b>Investimentos Imobilizável Intangível</b>					
	13	1.538.331	1.059.580	55.742	50.459
	14	21.641	13.857	5.393.809	3.472.679
	16	<u>1.739</u>	<u>873</u>	<u>267.616</u>	<u>88.523</u>
		<u>2.951.777</u>	<u>2.040.071</u>	<u>8.781.488</u>	<u>6.279.556</u>

• Em fevereiro de 2011, concedida a licença de instalação para o empreendimento MPX Castilla no Chile, com capacidade de 2.100 MW.

• Em março de 2011, emitida a Licença Preliminar para a construção de 3.300 MW a gás natural no Superporto do Açú. Com isso, a MPX Açú atinge 5.400 MW e passa a ser o maior empreendimento licenciado no Sudeste do Brasil.

• Trajeto da ferrovia da MPX na Colômbia aprovado pela autoridade ambiental regional em março de 2011.

• Anunciada, em março de 2011, a emissão de até R\$ 1,4 bilhão em debêntures conversíveis para financiar o desenvolvimento da MPX Parnaíba e MPX Colombia, considerados empreendimentos-chave para suportar o crescimento da Companhia.

• Em abril de 2011, a DeGolyer & MacNaughton identificou um total de 11,3 trilhões de pés cúbicos (Tcf) de recursos contingentes e prospectivos riscados dos 7 blocos terrestres controlados pela OGX Maranhão na Baía do Parnaíba.

• Emitida Licença de Instalação para a Usina Termoeletrica MPX Parnaíba, com capacidade de geração a gás natural de 1.863 MW e iniciado o licenciamento de 1.859 MW adicionais, em maio de 2011.

• Declarada comercialidade, em maio de 2011, de dois campos de gás natural operados pela coligada OGX Maranhão na Baía do Parnaíba. Planos de desenvolvimento estimam produção diária de 6 milhões de m<sup>3</sup> em 2013, correspondendo à produção total de 1,1 Tcf de gás.

• Em junho de 2011 foi divulgado novo plano de negócios para as descobertas na Baía do Parnaíba.

• Assinado Termo de Compromisso entre MPX e Grupo Bertin para aquisição de projetos com energia contratada no leilão A-5 de 2008, totalizando 660 MW, em junho de 2011.

• Emitida licença prévia para capacidade adicional de 1.859 MW no Complexo Termoeletrico MPX Parnaíba, em junho de 2011, elevando a capacidade licenciada da MPX Parnaíba para 3.722 MW.

• Em agosto de 2011 foi concluída a capitalização da MPX através de debêntures conversíveis.

• Assegurados contratos de energia para 517 MW (UTE Maranhão III), a serem implantados na Baía do Parnaíba, no leilão de energia nova A-3 de agosto de 2011.

• Concluída em agosto de 2011, após autorização da ANEEL, a aquisição de contratos de Energia do Grupo Bertin, totalizando 676 MW. Os contratos serão supridos pelas UTEs Maranhão IV e V, no Complexo Termelétrico Parnaíba.

• Assinados contratos de Engenharia, Construção e Montagem com as empresas espanholas Duro Felguera e Initec Energia S.A. para a implantação de usinas termelétricas a gás natural no Complexo Termelétrico Parnaíba, no Estado do Maranhão, em agosto de 2011.

• Adquirida, por meio da coligada OGX Maranhão Petróleo e Gás Ltda. ("OGX Maranhão"), 50% de participação no bloco exploratório terrestre PN-T-102 na Baía do Parnaíba, interior do estado do Maranhão, em setembro de 2011. Esse é o 8º bloco operado pela OGX Maranhão na Baía do Parnaíba.

• Em setembro de 2011, foi concluída a negociação entre a MPX e MMX para fornecimento de 200 MW médios por um prazo de 15 anos. Adicionalmente, foram contratados 30 MW médios com outras partes. Ambos os contratos serão supridos a partir do Complexo Termelétrico Parnaíba.

• Em novembro de 2011, a MPX recebeu Licença Ambiental para a mina de Cañaverales, na Colômbia.

• MPX divulgou resultados das sísmicas 3D e atualização do programa de perfuração em San Juan, em novembro de 2011.

• Em novembro de 2011 foi emitida Licença de Instalação para 1.859 MW adicionais no Complexo Termelétrico MPX Parnaíba.

• Em dezembro de 2011, BNDES enquadrou financiamento de longo prazo de R\$ 1,6 bilhão para a implantação de usinas no Complexo Termelétrico do Parnaíba.

• OGX Maranhão obteve Licença Prévia para a produção de gás natural na Baía do Parnaíba, em dezembro de 2011.

### 3. Cenário setorial - Mercado de Energia Elétrica

A carga de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) no ano de 2011 registrou uma taxa média de crescimento de 3,4% em relação ao ano de 2010, enquanto que as estimativas do mercado para o Produto Interno Bruto de 2011 indicavam uma taxa de crescimento anual em torno de 3,0%. Esse desempenho é explicado principalmente pela expansão da carga nos subsistemas Sul, Sudeste/Centro-Oeste e Norte, já que o Nordeste apresentou variação de apenas 1,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), todas as classes apresentaram variação positiva, com destaque para os setores comercial (+6,3%) e residencial (+4,6%). A classe industrial apresentou crescimento mais modesto (+2,3%).

O ritmo lento de recuperação da economia americana e a deterioração da economia no âmbito da Comunidade Européia, especialmente devido à crise das dívidas soberanas de vários países, acabou gerando uma incerteza no cenário econômico global, tendo como reflexo a contenção dos investimentos e a redução dos níveis da demanda e do comércio internacional.

O regime hidrológico no mês de janeiro de 2012 ficou acima da média nos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e Norte e próximo da média no subsistema Sul. No subsistema SE/CO a ENA evoluiu de 44.376 MWmed (108% da MLT) em dezembro para 74.528 MWmed (134% da MLT) neste mês de janeiro. Nos demais subsistemas as variações de dezembro para janeiro foram de 3.669 MWmed (52% da MLT) para 6.741 MWmed (100% da MLT) no Sul, de 10.788 MWmed (105% da MLT) para 17.397 MWmed (122% da MLT) no Nordeste e de 5.845 MWmed (124% da MLT) para 11.268 MWmed (135% da MLT) no Norte.

As afliências verificadas contribuíram para uma redução significativa do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). Os níveis de armazenamento das regiões Sul, Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste verificados até o início de 2012 estão acima da Curva de Aversão a Risco (CAR).

A entrada em operação da nova capacidade instalada prevista para 2012, resultante dos Leilões de Energia Nova, ocorreu apenas parcialmente. Algumas usinas ainda não entraram em operação comercial devido a problemas de conexão à rede elétrica. Outros projetos termelétricos, principalmente aqueles a óleo combustível, encontram-se em atraso, totalizando 2870 MW de potência instalada. A entrada em operação desses empreendimentos deve ocorrer até setembro de 2012, adicionando cerca de 2000 MW médios ao SIN.

### 4. Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras ora apresentadas refletem principalmente a fase de implementação dos projetos das controladas da Companhia, representada por investimentos, custos e despesas relacionados aos empreendimentos em desenvolvimento.

No ano de 2011, a Companhia apresentou uma receita bruta de R\$ 190,4 milhões, sendo R\$ 42,3 milhões auferidos pela operação da usina UTE Serra do Navio e R\$ 148,1 milhões pela comercializadora de energia. A companhia apurou um resultado negativo de R\$ 408,5 milhões. O caixa consolidado apurado ao final de 2011 alcançava R\$ 1.451,8 milhões.

### 5. Responsabilidade Sócioambiental

A MPX adota os três pilares da sustentabilidade na condução de seus negócios, criando empreendimentos economicamente viáveis, ambientalmente saudáveis e socialmente justos.

Dessa forma, a MPX contribui para o desenvolvimento econômico, social e ambiental das populações relacionadas a seus empreendimentos. Além de respeitar a legislação ambiental aplicável e contribuir para o desenvolvimento regional através da geração de emprego e renda, a MPX e o Grupo EBX investem voluntariamente em projetos de conservação de biomas no Brasil, Chile e Colômbia.

Até final de 2011, a MPX propiciou oportunidades de qualificação profissional a mais de 1.500 pessoas em seus Programas de Qualificação Técnica e Profissional no Maranhão, Ceará, Chile e Colômbia. Foram realizados, ainda, investimentos sociais nas localidades próximas aos empreendimentos da empresa, com foco no apoio aos serviços essenciais, particularmente nas áreas de educação e saúde. A Associação Escola Família Agrícola de Capinzal do Norte, no Maranhão, recebeu doações que viabilizaram o equipamento de uma fábrica de polpa de frutas e a criação de um viveiro de mudas, gerando novas oportunidades de renda para os associados. O distrito do Pecém, no Município de São Gonçalo do Amarante, Ceará, foi beneficiado pelo programa "Crianças Saudáveis, Futuro Saudável". Fruto de uma parceria com a Organização Não Governamental Inmed Brasil, o programa busca melhorar a qualidade de vida das crianças, contribuindo com o combate e prevenção a verminoses e anemia.

Na área ambiental, a MPX investiu, em 2011, mais de dois milhões de reais no apoio ao manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Estão sendo implantados projetos de conservação da Caatinga por meio do apoio à criação e à gestão de áreas particulares protegidas, no Estado do Ceará, e de apoio à gestão de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) no Pantanal Matogossense.

Em 2011, a MPX recebeu mais um Prêmio ECO concedido à usina Solar Tauá - primeira unidade de geração solar na América Latina conectada à rede elétrica, localizada no Ceará. Com o reconhecimento à iniciativa na área de energia solar, a MPX acumulou duas vitórias consecutivas no Prêmio ECO. Em 2010, a companhia havia sido premiada pelo programa de realocação de 95 famílias desenvolvido no Maranhão (Vila Canaã), que seguiu os mais altos padrões de qualidade e responsabilidade social.

### 6. Mercado de Capitais e Governança Corporativa

Desde sua abertura de capital, em 13 de dezembro de 2007, a MPX Energia S.A. faz parte do Novo Mercado, segmento de listagem da BM&FBOVESPA que representa o mais alto grau de exigência em termos de Governança Corporativa, o que demonstra que a MPX prima pela transparência, equidade e máximo respeito pelos interesses de seus *stakeholders*.

O Conselho de Administração da MPX é atualmente composto por dez membros, dos quais três são independentes (33%), porcentagem superior ao exigido pelo Regulamento do Novo Mercado (20%).

A MPX conta, ainda, em sua estrutura de Governança Corporativa com: i) Comitê de Auditoria, composto por três membros altamente qualificados, que tem como objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atividades relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e, ainda, na indicação e avaliação da auditoria independente. O Comitê é subordinado ao Conselho de Administração da Companhia atuando com independência com relação à Diretoria e ii) Conselho Fiscal, recentemente instalado, composto por três membros efetivos e três suplentes.

A MPX reconhece o valor das boas práticas de Governança Corporativa e se empenha, constantemente, em aprimorá-las, atuando ativamente na realização de reuniões com investidores, manutenção de discussões junto aos seus *stakeholders*, incentivo à participação de seus acionistas nas Assembleias Gerais e implantação em seus empreendimentos das mais avançadas técnicas de desenvolvimento sustentável.

As ações da MPX são negociadas no segmento do Novo Mercado, na BM&FBOVESPA, sob o código MPXE3 e integra, atualmente, as carteiras dos Índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) e o Índice Brasil 100 (IBrX-100), além do Índice de Energia Elétrica (IEE).

O Capital Social da Companhia é composto exclusivamente por ações *ordinárias*, e em 31 de Dezembro de 2011 estava representado por 136.720.840 ações, sendo o *free float* de 25,8%.

A ação da MPX encerrou o último trimestre de 2011 a R\$ 46,50, contra R\$ 35,63 em 30 de setembro de 2011, apresentando uma valorização de 30,5% no período, frente a uma valorização de 8,5% do Índice Bovespa (Ibovespa) e valorização de 17,3% do Índice do Setor Elétrico (IEE). No ano o papel MPXE3 fechou com valorização de 87,3%, frente à desvalorização de 18,8% do Ibovespa e a valorização de 18,8% do IEE. A companhia fechou o ano com um valor de mercado de R\$ 6,4 bilhões (aproximadamente U\$ 3,4 bilhão).

### 7. Cláusula Compromissória

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho de Administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BOVESPA, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

### 8. Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à instrução CVM no 381/2003 informamos que a KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa para a MPX relacionados ao exame das demonstrações financeiras e não realizou nenhum outro serviço para a Companhia no exercício de 2011.

### 9. Declaração da Diretoria

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, os diretores da MPX declaram que discutiram, reviram e concordaram com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

### 10. Agradecimentos

A Administração da MPX agradece aos senhores acionistas, aos governos federal, estaduais e municipais, aos parceiros e fornecedores, às comunidades das áreas onde a Companhia desenvolve seus projetos, e, em especial, aos seus colaboradores pela dedicação, compromisso, contribuição, e confiança ao longo de 2011, ano de grandes conquistas para MPX.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2012.

A Administração

**Demonstrações de Resultados**  
 Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Receita operacional</b>	-	-	168.279	98.455
<b>Custo dos bens e/ou serviços vendidos</b>	-	-	(163.778)	(116.482)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	-	-	4.501	(18.027)
<b>Despesas/Receitas operacionais</b>				
Gerais e administrativas	(156.305)	(167.641)	(277.934)	(226.167)
Outras receitas operacionais	566	6.695	1.128	8.236
Outras despesas operacionais	(59.513)	-	(37.062)	(30.399)
	27	(215.252)	(160.946)	(313.868)
		(218.459)	(170.116)	(1.535)
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>				
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>				
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	28	(433.711)	(331.062)	(337.084)
Receitas financeiras		98.845	74.513	106.280
Despesas financeiras		(162.649)	(11.625)	(197.344)
Instrumentos financeiros derivativos		19.713	4.904	(62.197)
Variação cambial, líquida		(23)	(5)	(49.126)
		(44.114)	67.787	(202.387)
		(477.825)	(263.275)	(539.471)
<b>Resultado antes dos impostos</b>				
Imposto de renda e contribuição social - corrente	20	-	-	(4.866)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20	69.272	7.025	142.473
		(408.553)	(256.250)	(401.864)
<b>Atribuído aos acionistas controladores</b>				
<b>Atribuído aos acionistas não controladores</b>				
<b>Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)</b>	25	(2.9882)	(1.8751)	(2.9393)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Valores Adicionados**  
 Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Receitas</b>	-	-	1.202.709	1.734.119
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	168.279	98.455
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	1.034.430	1.635.664
<b>Insuamos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>	(53.612)	(90.843)	(250.192)	(77.400)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(53.612)	(90.843)	(250.192)	(77.400)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	(53.612)	(90.843)	952.517	1.656.719
<b>Depreciação, Amortização e Exaustão</b>	(1.120)	(666)	(9.568)	(7.971)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido</b>	(54.732)	(91.509)	942.949	1.648.748
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	(150.778)	(115.486)	1.502.364	(34.714)
Resultado de equivalência patrimonial	(218.459)	(170.116)	(27.717)	(1.535)
Receitas financeiras	98.846	74.513	106.281	65.093
Instrumentos financeiros derivativos	28.348	4.904	1.428.370	(98.272)
Provisão perda em Investimento	-	-	(4.570)	-
Provisão para passivo a descoberto	(59.513)	(24.787)	-	-
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	(205.510)	(206.995)	2.445.313	1.614.034
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	(205.510)	(206.995)	2.445.313	1.614.034
<b>Pessoal</b>	92.592	42.343	153.533	67.772
Remuneração direta	80.800	18.203	130.605	36.401
Benefícios	4.197	16.684	8.348	21.411
FGTS e Contribuições	7.595	6.960	14.580	9.464
Outros	-	496	-	496
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	(69.030)	(5.618)	(135.112)	(55.992)
Federais	(69.030)	(7.025)	(135.112)	(58.023)
Estaduais	-	1.407	-	2.031
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	179.481	12.530	2.828.754	1.859.140
Juros	130.456	4.928	119.747	34.020
Aluguéis	7.803	7.187	20.289	11.263
Perdas em operações com derivativos	8.635	-	1.490.567	189.881
Adiantamentos a fornecedores	-	-	1.065.793	1.592.442
Seguros	370	391	5.635	2.311
Variação cambial	23	24	49.126	29.223
Despesas Financeiras	32.194	-	77.597	-
<b>Remuneração de Capitais de Próprios</b>	(408.553)	(256.250)	(401.862)	(256.886)
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas controladores	(408.553)	(256.250)	(408.553)	(256.250)
(Prejuízo) Lucro do exercício atribuído aos acionistas não controladores	-	-	6.691	(636)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido da Controladora**  
 Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Controladora					
	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital e Opções Outorgadas	Reservas de Lucro	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	2.041.918	159.030	-	(43.413)	(260.779)	1.896.756
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(256.250)	(256.250)
Transações com acionistas:						
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Opções de ação outorgadas pela Companhia	-	1.315	-	-	-	1.315
Opções de ação outorgadas pelo acionista controlador	-	63.506	-	-	-	63.506
Outros resultados abrangentes:						
Ajustes de avaliação patrimonial - hedge accounting	-	-	-	1.310	-	1.310
Ajustes conversão do exercício	-	-	-	6.703	-	6.703
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	2.041.918	223.851	-	(35.400)	(517.029)	1.713.340
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(408.553)	(408.553)
Transações com acionistas:						
Aumento de capital	96	-	-	-	-	96
Opções de ação outorgadas pela Companhia	-	3.535	-	-	-	3.535
Opções de ação outorgadas pelo acionista controlador	-	47.239	-	-	-	47.239
Outros resultados abrangentes:						
Ajustes conversão do exercício	-	-	-	(17.713)	(1.587)	(19.300)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	(18.557)	-	(18.557)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	2.042.014	274.625	-	(71.670)	(927.169)	1.317.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Consolidado**  
 Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Consolidado					
	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital e Opções Outorgadas	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	2.041.918	159.030	(43.413)	(315.933)	1.841.602	1.879.079
Prejuízo do exercício	-	-	-	(256.250)	(256.250)	(256.614)
Transações com acionistas:						
Aumento de capital	-	64.821	-	-	64.821	70.085
Opções de ação outorgadas pela Companhia	-	1.315	-	-	1.315	1.315
Opções de ação outorgadas pelo acionista controlador	-	63.506	-	-	63.506	63.506
Aumento de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	5.264
Outros resultados abrangentes:						
Ajustes de avaliação patrimonial - hedge accounting	-	-	8.013	-	8.013	8.013
Ajustes conversão do exercício	-	-	1.310	-	1.310	1.310
	-	-	6.703	-	6.703	6.703
<b>Saldo em 31 de dezembro 2010</b>	2.041.918	223.851	(35.400)	(572.183)	1.658.186	1.701.563
<b>Prejuízo do exercício:</b>	-	-	-	(408.553)	(408.553)	(412.293)
<b>Transações de Capitais com Sócios:</b>	96	50.774	-	-	50.870	50.870
Aumento de capital	96	-	-	-	96	96
Opções de ação outorgadas pela Companhia	-	3.535	-	-	3.535	3.535
Opções de ação outorgadas pelo acionista controlador	-	47.239	-	-	47.239	47.239
<b>Resultado Abrangente Total:</b>	-	-	(36.270)	(1.587)	(37.857)	29.935
Outros resultados abrangentes:						
Ajustes Conversão do exercício	-	-	(17.713)	-	(17.713)	(17.713)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	(18.557)	(1.587)	(20.144)	(20.144)
Participação Acionista Não Controlador	-	-	-	-	-	67.792
	-	-	-	-	-	67.792
<b>Saldo Finais</b>	2.042.014	274.625	(71.670)	(982.323)	1.262.646	1.370.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações de Resultados Abrangentes**  
 Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Prejuízo do exercício</b>	(408.553)	(256.250)	(401.864)	(255.614)
Ajustes Acumulados de Conversão	(17.713)	6.703	(17.713)	6.703
Ajustes de Avaliação Patrimonial:				
Parcela efetiva das mudanças no valor justo dos hedges de fluxo de caixa - hedge accounting	(18.557)	1.985	(18.557)	1.985
Imposto de renda e contribuição social diferidos - hedge accounting	6.309	(675)	6.309	(675)
<b>Resultado abrangente total</b>	(438.514)	(248.237)	(431.824)	(247.601)
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	(438.513)	(248.237)	(431.822)	(247.601)
Acionistas não controladores	-	-	6.691	636
Acionistas controladores	(438.513)	(248.237)	(438.513)	(248.237)
<b>Resultado abrangente total</b>	(438.513)	(248.237)	(431.822)	(247.601)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
 Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	(408.553)	(256.250)	(401.863)	(255.614)
<b>Prejuízo do Exercício</b>				
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	1.120	666	9.568	2.017
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(19.713)	(4.904)	62.198	98.272
Opções de ações outorgadas	50.774	64.821	50.774	64.821
Provisão para desmantelamento	-	-	315	257
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	4.866	280
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(69.272)	7.025	(142.473)	58.303
Resultado de equivalência patrimonial	218.459	170.116	27.717	1.535
Provisão para passivo a descoberto	27.771	(24.787)	-	-
Provisão para perda em investimento	31.742	-	36.940	-
Juros/Custos Debêntures	60.105	-	53.875	-
Derivativos emitidos	62.003	-	62.003	-
Juros empréstimos e partes relacionadas	8.347	15.970	3.869	3.962
	(37.217)	(27.343)	(232.211)	(26.167)

**Variações nos ativos e passivos**

Adiantamentos Diversos	(1.216)	(1.792)	(7.153)	(4.132)
Despesas Antecipadas	37	43	(3.670)	(3.470)
Contas a Receber	-	-	(12.052)	(3.551)
Impostos a Recuperar	(13.698)	20.267	(57.660)	20.665
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(36.270)	-	(36.270)	-
Estoque	-	-	(78.870)	(4.458)
Dividendos a receber	(2.362)	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições	(235)	(27.590)	8.239	(27.615)
Fornecedores	(2.173)	336	67.194	110.049
Provisões e encargos trabalhistas	410	(4.231)	3.648	(1.311)
Outros Contas a pagar	1	7.611	(1)	5.378
Dividendos a pagar	-	-	2.270	-
Subsídios a receber - CCC	-	-	(638)	1.255
Impostos Diferidos	-	(7.025)	29.835	(106.959)
Débitos/ Créditos partes relacionadas	(5.288)	-	(3.056)	-
Outros Ativos e Passivos	(18.292)	4.140	83.642	4.358
	(79.086)	(8.241)	(4.542)	(9.791)
	(116.303)	(35.584)	(236.753)	(35.958)

**Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais**

<b>Fluxo caixa das atividades de investimentos</b>	(9.770)	(56.570)	(2.134.611)	(1.665.685)
Aquisição de imobilizado e intangível	(728.951)	(426.210)	(33.000)	(51.434)
Variação de investimentos	-	27.614	28.080	36.877
Caixa proveniente da venda de ativo imobilizado e intangível	4.909	(4.909)	165.654	(175.091)
Titulos e valores mobiliários	(733.812)	(460.075)	(1.973.877)	(1.855.333)

**Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos**

<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>	243.264	(95.367)	-	(1.725)
Mútuo com partes relacionadas	(152.487)	-	-	-
AFAC - com Controladas	(153.139)	235.108	1.747.899	1.039.109
Empréstimos e financiamentos obtidos (liquidados)	(8.281)	3.354	(27.267)	(84.918)
Ganho (perda) com instrumentos financeiros liquidados	96	-	96	-
Aumento de capital	-	-	-	-
Aumento de capital proveniente de participação de acionistas não controladores	-	-	4.421	5.264
Retenções contratuais	-	-	(3.461)	(26.688)
Depósitos vinculados	308.781	(270.321)	250.363	(279.491)

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010**  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

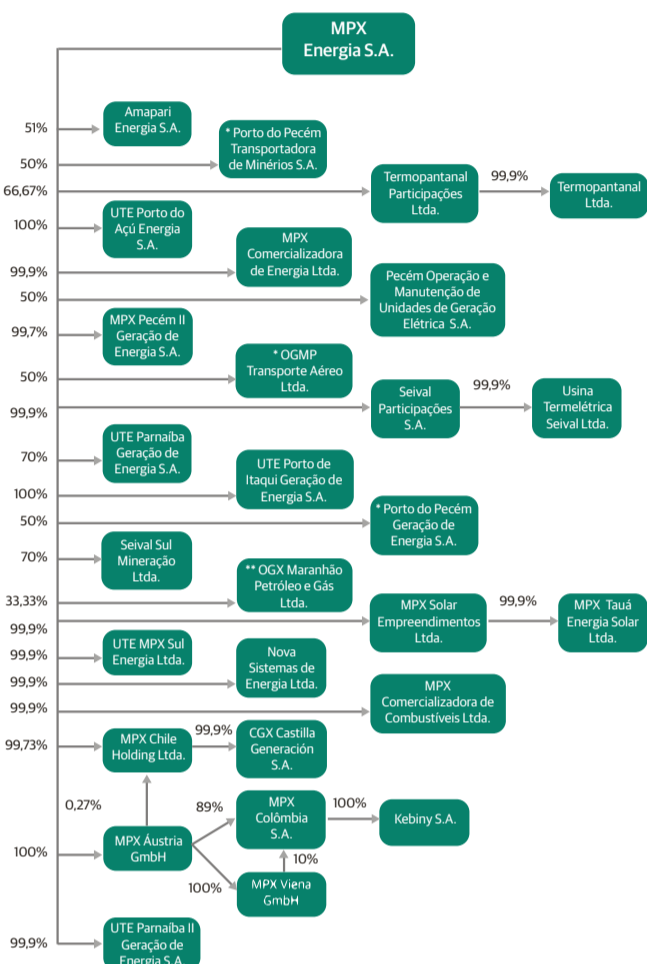
**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A MPX Energia S.A. ("Companhia") foi constituída em 25 de abril de 2001 com sede na cidade do Rio de Janeiro. Em 5 de novembro de 2007, a Companhia alterou sua razão social para a atual denominação.

Seu plano de negócios prevê como atividade principal a geração de energia elétrica através do desenvolvimento de matrizes energéticas diversificadas, como carvão mineral, gás natural e fontes renováveis. A Companhia possui um portfólio diversificado de projetos com usinas termelétricas no Brasil e no Chile, além de projetos relacionados a fontes renováveis, como a energia solar. De modo a integrar suas operações, também desenvolve projetos de mineração de carvão na Colômbia e de gás natural no Brasil tanto para fornecimento às usinas quanto para a comercialização.

Sua atuação nesses projetos é realizada através da participação, como sócia-quotista ou acionista, no capital social de empresas que desenvolvem tais projetos, sendo alguns desenvolvidos em parceria com outros agentes do setor de energia. Os recursos para os projetos foram obtidos basicamente pela captação efetuada através da Oferta Pública de Ações da Companhia, realizada em 14 de dezembro de 2007 e em 11 de janeiro de 2008 (lote suplementar), no montante total de R\$ 2.035.410, bem como por financiamentos e mais recentemente pela emissão de debêntures conversíveis em ações, realizada em 15 de junho de 2011, no montante de R\$ 1.376.527, conforme Nota Explicativa nº 19.

Em 31 de dezembro de 2011, conforme quadro apresentado a seguir, o Grupo inclui a Companhia e suas participações societárias em coligadas, controladas diretas e indiretas, nas controladas em conjunto Porto do Pecém Geração de Energia S.A., Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A., OGMP Transporte Aéreo Ltda. e Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. e no Fundo de Investimento Multimercado MPX 63. Todas as empresas encontram-se em fase pré-operacional, exceto Amapari Energia S.A., MPX Comercializadora de Energia Ltda., MPX Tauá Energia Solar Ltda. e OGMP Transporte Aéreo Ltda. Para maiores detalhes das controladas, ver Nota Explicativa nº 13.



\* Controlada em conjunto  
\*\* Coligada

**2. LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES**

O Grupo MPX tem como compromisso obter todas as licenças e autorizações exigidas por lei para cada uma das suas instalações e atividades. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas investidas possuem as seguintes licenças e autorizações:

Empresa	Tipo	Emissão	Vigência
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 111/2011	(a) 15/3/2011	2 anos
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Licença de Operação nº 496/2011	(b) 12/12/2011	1 ano
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 54/2011	(c) 24/8/2011	2 anos
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Renovação da Licença de Operação nº 592/2011	(d) 09/12/2011	1 ano
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 584/2009	(e) 29/1/2009	4 anos
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 601/2009	(f) 18/3/2009	6 anos
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.	Licença de Operação nº 1061/2011	(g) 16/12/2011	6 anos
MPX Energia S.A.	Licença de Instalação nº 255/2011	(h) 11/11/2011	1 ano
MPX Energia S.A.	Licença de Instalação nº 041/2011	(i) 24/4/2011	1 ano
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 273/2011	(j) 5/12/2011	1 ano
UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 274/2011	(k) 5/12/2011	1 ano
Amapari Energia S.A.	Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.369/2008	(l) 20/5/2008	29 anos
Amapari Energia S.A.	Despacho SFG nº 2.197/2008	(m) 9/6/2008	Indeterminado
Amapari Energia S.A.	Despacho SFG nº 4.143/2008	(n) 7/11/2008	Indeterminado
Amapari Energia S.A.	Licença de Operação nº 106/2009	(o) 3/8/2011	2 anos
MPX Tauá Energia Solar Ltda.	Licença de Instalação nº 110/2010	(p) 3/3/2010	2 anos
MPX Tauá Energia Solar Ltda.	Licença de Operação nº 195/2010	(q) 14/4/2011	1 ano
UTE Porto do Açú Energia S.A.	Licença Prévia nº IN0018498	(r) 22/12/2011	1 ano
UTE Porto do Açú Energia S.A.	Licença Prévia nº IN015964	(s) 1/3/2011	2 anos
UTE Porto do Açú Energia S.A.	Licença de Instalação nº IN000882	(t) 14/10/2009	3 anos
Nova-Sistemas de Energia Ltda.	Licença de Instalação nº IN 000207	(u) 22/5/2009	3 anos
Nova-Sistemas de Energia Ltda.	Licença de Instalação nº IN 000208	(v) 22/5/2009	3 anos
Seival Sul Mineração Ltda.	Licença de Operação nº 7764/2009	(w) 21/10/2009	4 anos
MPX Energia S.A.	Licença Prévia nº 332/2009-1ª Retificação	(x) 22/12/2010	2 anos
UTE MPX Sul Energia Ltda.	Licença Prévia nº 601/2010	(y) 21/5/2010	2 anos
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	Despacho ANEEL nº 747/2008	(z) 25/2/2008	Indeterminado
UTE Seival Ltda.	Licença de Instalação nº 589/2009-1ª Retificação	(aa) 12/01/2010	4 anos
UTE Seival Ltda.	Outorga nº 002/2007	(bb) 9/1/2007	18 anos
OMX Operaciones Maritimas Ltda.	Calificación Ambiental "Puerto Castilla"	(cc) 23/12/2010	Indeterminado
CGX Castilla Generación S.A.	Resolución Exenta Nº 254	(dd) 1/3/2011	Indeterminado
MPX Colombia S.A.	Resolución Nº 1074	(ee) 8/6/2011	Indeterminado
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Autorização Ambiental nº 43/2011	(ff) 28/6/2011	1 ano
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Autorização Ambiental nº 83/2011	(gg) 22/8/2011	1 ano
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Autorização Ambiental nº 84/2011	(hh) 22/8/2011	1 ano
MPX Colômbia S.A.	Licença Ambiental Cañaverales	(ii) 8/11/2011	Indeterminado
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	Autorização Ambiental nº 21/2011	(jj) 28/02/2011	1 ano

- (a) Licença de Instalação baseada no parecer Técnico n 815/2011 - COPAM/NUCAM, referente a Linha de Transmissão de 230Kv, da MPX Pecém II, com 1,83Km de extensão.
- (b) Licença de Operação nº 496/2011 para usina termelétrica de 720 MW no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP no Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará. Esta Licença tem validade até 11/12/12.
- (c) Renovação da Licença de Instalação n.º 483/2008 de 360 MW adicionais no CIPP no Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará. Essa licença foi renovada em 24 de agosto de 2011 com vigência de 2 anos.
- (d) Renovação da Licença de Operação para linha de transmissão de 230Kv, com extensão de 14,4 Km, que interligará a UTE à subestação Cauipe da CHESF. A LO nº 113/2011 passou a ser LO nº 592/2011.
- (e) Licença para instalação de canteiro de obras e serviços de terraplanagem para a construção de usina termelétrica de 360 MW no DISAL, no Município de São Luís no Estado do Maranhão.
- (f) Licença para instalação de usina termelétrica de 360 MW no DISAL, Município de São Luís no Estado do Maranhão.
- (g) Licença de operação para linha de transmissão de 230KV, com extensão de 15,7 KM, que interligará a UTE à subestação São Luís II da ELETRONORTE.
- (h) Licença de Instalação concedida pela SEMA relativa ao empreendimento da Usina Termelétrica Parnaíba II.
- (i) Licença de Instalação concedida pela SEMA relativa ao empreendimento da Usina Termelétrica Parnaíba com capacidade de geração de 1.244 MW de energia elétrica.
- (j) Licença de Instalação concedida pela SEMA relativa a geração de energia Termelétrica com potencia de 676 MW.
- (k) Licença de Instalação concedida pela SEMA relativa a geração de energia Termelétrica com potencia de 622 MW.
- (l) Autorização para operar como Produtor Independente de Energia.
- (m) Autorização para início em 10 de junho de 2008 da fase de teste de geração de energia.
- (n) Autorização para início em 8 de novembro de 2008 da operação comercial.
- (o) Renovação da licença de operação n.º 99/2008, apresentada em 30 de setembro de 2008 à Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM. Esta licença foi renovada em 3 de agosto de 2011, com vigência de 2 anos.
- (p) Licença embasada no parecer técnico n.502/2010 COPAM/NUCAM referente a licença de instalação para uma central geradora solar Fotovoltaica Tauá, com potência de 5,0 MW em uma área de 14,3 hectares, inserida numa área global de 203,70 hectares, no município de Tauá, estado do Ceará.
- (q) Licença de Operação para uma central geradora solar Fotovoltaica Tauá, com potência de 5,0 MW em uma área de 14,3 hectares, inserida numa área global de 203,70 hectares, no município de Tauá, estado do Ceará.

- (r) Licença prévia concedida pelo INEA, com vigência de 1 ano, aprovando a concepção e localização de um circuito duplo de transmissão de energia elétrica de 345 kv.
- (s) Licença Prévia concedida pelo INEA aprovando a concepção e localização da Usina Termelétrica a gás liquefeito, com potência máxima instalada de 3.300MW.
- (t) Licença de Instalação concedida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) com vigência de 3 anos, autorizando a implantação da unidade de produção de energia elétrica de 2.100 MW de energia, composta de 4 turbinas de 525 MW. Essa licença passa a substituir a LP FE 014522/2008.
- (u) Licença de Instalação concedida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) com vigência de 3 anos, autorizando a implantação de usina de geração de energia eólica de 66.000 MWh/ano de energia.
- (v) Licença de Instalação concedida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) com vigência de 3 anos, autorizando a implantação de usina de geração de energia eólica de 147.000 MWh/ano de energia.
- (w) Renovação da Licença de operação n.º 1672/2005 concedida em 21 de outubro de 2009 pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul (FEPAM) com vigência de 4 anos.
- (x) Licença Prévia concedida pelo IBAMA com vigência de 2 anos, relativa ao empreendimento Usina Termelétrica MPX Sul com capacidade de geração de 727MW, utilizando como combustível o carvão mineral proveniente da Mina Seival - retificação da LP 322/2009.
- (y) Licença Prévia concedida pela FEPAM relativa à barragem para o empreendimento da Usina Termelétrica MPX Sul com capacidade de geração de 600MW de energia elétrica por meio de duas unidades geradoras de 300MW.
- (z) Autorização para operar como comercializadora de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
- (aa) Licença de Instalação concedida pelo IBAMA, relativa ao empreendimento da Usina Termelétrica Seival com capacidade de geração de 600MW de energia elétrica por meio de duas unidades geradoras de 300 MW.
- (bb) Outorga concedida pela Agência Nacional das Águas (ANA) para o direito do uso de recursos hídricos para captação de água e lançamento de efluentes, localizado no Arroio Candiota, com a finalidade de geração térmica de energia elétrica, no Município de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul.
- (cc) Resolución de Calificación Ambiental do Puerto Castilla, emitida pela Comisión de Evaluación de la III Región de Atacama, equivalente a licença de instalação e operação.
- (dd) Resolución de Calificación Ambiental da Central Termelétrica Castilla, usina a carvão com 2354 MW emitida pela Comisión de Evaluación de la III Región de Atacama, equivalente a licença de instalação e operação.
- (ee) Licencia Global Ambiental da Mina de Cañaverales, produção de 2,5 MPTA de carvão emitida pelo Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial, equivalente a licença de instalação e operação.
- (ff) Autorização Ambiental Nº 43/2011 com vigência de 1 ano, referente aos testes operacionais para Transportador de Correia Tubular da Usina Termelétrica Porto do Pecém Geração de Energia S.A.
- (gg) Autorização Ambiental Nº 83/2011 com vigência de 1 ano, referente aos testes pré-operacionais e comissionamento da estação de tratamento de água da Usina Termelétrica Porto do Pecém Geração de Energia S.A.
- (hh) Autorização Ambiental Nº 84/2011 com vigência de 1 ano, referente aos testes pré-operacionais e comissionamento dos sistemas *StackerAndReclaimer* (empilhamento e recolhimento); geração de vapor, geração de energia elétrica, resfriamento e condensação, tratamento de emissão de gases da Usina Termelétrica de Porto do Pecém Geração de Energia S.A.
- (ii) Licença Ambiental para a mina a céu aberto de Cañaverales, emitida pelo Ministério de Ambiente y Desarrollo Sostenible da Colômbia, equivalente a licença de instalação e operação.
- (ij) Em 28 de fevereiro de 2011, a MPX Pecém II obteve da Superintendência Estadual do Meio Ambiente ("SEMACE") do Estado do Ceará a autorização para uso alternativo do solo por supressão vegetal nº 21/2011, objetivando a instalação da linha de transmissão com 1,83Km de extensão interligando a UTE MPX Pecém II à subestação Pecém II do sistema de companhia hidro elétrica de São Francisco - CHESF. A área total do imóvel é de 5,49Ha. Essa licença tem o vencimento limitado a 1 ano ou até que a supressão do solo seja realizada, o que para a MPX Pecém II ocorreu no decorrer de 2011.

**3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**a. Declaração de conformidade com as normas IFRS e BR GAAP**

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, estão assim apresentadas:

**Demonstrações financeiras consolidadas**

As Demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

**Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso das demonstrações financeiras consolidadas, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

A Lei 11.941/09, para fins de BR GAAP, extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2008, que poderá ser amortizado em até 10 anos, sujeito ao teste de recuperabilidade - *impairment*. Com a adoção das normas de IFRS, a Companhia registrou em prejuízos acumulados, no balanço consolidado, o montante de R\$55.154, líquido de efeitos fiscais, em 1º de janeiro de 2009, correspondente ao seu ativo diferido e das controladas naquela data. Consequentemente a diferença entre os patrimônios líquidos individual e consolidado está relacionada ao ativo diferido que foi reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentados pela Companhia e o patrimônio líquido e o resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais, exceto pela diferença no patrimônio líquido mencionada acima.

Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2012.

**b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e dos derivativos embutidos nas debêntures, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

De acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534, de 29 de janeiro de 2008, a Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real e as moedas funcionais de suas controladas no exterior são o peso chileno (MPX Energia de Chile Ltda.), o peso colombiano (MPX Colombia S.A.) e o euro (MPX Austria GmbH) em função de seu plano de negócios, ambiente econômico e, principalmente, em decorrência dos seus custos de operação. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais futuros poderão divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 12 - Impostos a recuperar e diferidos;
- Nota Explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos;
- Nota Explicativa nº 22 - Provisão para contingências; e
- Nota Explicativa nº 25 - Plano de pagamento baseado em ações.

**4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

**a. Bases de consolidação**

**i. Combinações de negócios**

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Companhia e suas controladas utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Companhia e suas controladas levam em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

A Companhia e suas controladas mensuram o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida; mais
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mais
- Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição; menos
- O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes à extinção de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente transferidos ao resultado do exercício.

Os custos de transação, exceto os custos relacionados a emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, que a Companhia e suas controladas incorrem em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo são registradas no resultado do exercício.

Quando planos de pagamento baseado em ações (planos de substituição) são requeridos a serem substituídos por planos detidos pelos funcionários da adquirida e estes são referentes a serviços prestados, então todo o montante do plano de substituição dado pelo adquirente é incluído na mensuração da consideração transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento de ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados e/ou a serem prestados.

**ii. Controladas e controladas em conjunto**

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle ou controle compartilhado se inicia até a data em que o controle ou controle compartilhado deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

**iii. Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto**

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 10% e 49% do poder votante da entidade.

Os investimentos em coligadas e em controladas são contabilizados por meio da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em controladas em conjunto são consolidados proporcionalmente e são reconhecidos inicialmente pelo custo, que inclui os gastos com transação. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais o Grupo possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais. Quando a participação da Companhia e suas controladas nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado excedam a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia e suas controladas tenham obrigações construtivas ou tenham efetuado pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

#### *iv. Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia e suas controladas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

#### **b. Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

#### **c. Moeda estrangeira**

##### *i. Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo é apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado, com exceção da diferença resultante na reconversão do item listado abaixo o qual é reconhecido nos outros resultados abrangentes:

• *Hedge* de fluxos de caixa que se qualificam como tal, na medida em que sejam efetivos.

##### *ii. Hedge (proteção) de investimento líquido em operação estrangeira*

O Grupo utiliza instrumentos de proteção (*hedge*) para diferenças de moedas estrangeiras oriundos entre a moeda funcional da operação no exterior e a moeda funcional da controladora (Real), independentemente se o investimento líquido estiver mantido diretamente ou através de uma controladora intermediária.

Diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão de um passivo financeiro designado como *hedge* de um investimento líquido em uma operação estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes, desde que o *hedge* seja efetivo, sendo apresentadas no patrimônio líquido. Caso o *hedge* não seja efetivo, tais diferenças são reconhecidas no resultado. Quando o objeto de *hedge* de um investimento líquido é alienado, o valor pertinente dentro da reserva de avaliação patrimonial referente é transferido para o resultado como parte do lucro ou do prejuízo na alienação.

#### **d. Instrumentos financeiros**

##### *i. Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

#### **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia e de suas controladas. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e quaisquer mudanças no valor justo desses ativos, que levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem Caixa e equivalentes de caixa e instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

#### **Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Caso a Companhia e suas controladas tenham a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento são compostos por debêntures.

#### **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem títulos e valores mobiliários, clientes, subsídio a receber CCC, depósitos vinculados e mútuos com partes relacionadas.

#### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, os depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

##### *ii. Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados, inicialmente, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, as contas a pagar com partes relacionadas e retenções contratuais.

##### *iii. Capital social*

#### **Ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

##### *iv. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge*

A Companhia e suas controladas mantêm instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições a riscos de variação de moeda estrangeira e de taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionadas ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente documentam o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia e suas controladas fazem uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descrito abaixo.

#### **Hedges de fluxos de caixa**

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma transação (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a hedge é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício em que os fluxos de caixa protegidos (*hedged*) afetam o resultado, na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de *hedge*. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado.

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

#### **Derivativos embutidos separáveis**

Variações no valor justo de derivativos embutidos separáveis são reconhecidas imediatamente no resultado.

#### **e. Estoques**

O custo dos estoques é avaliado pelo custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de insumos, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, sendo reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo é representado pelos valores pagos de óleo diesel e óleo lubrificante utilizados como insumos na geração de energia elétrica pela controlada Amapari Energia S.A., bem como carvão de alto poder calorífico que será utilizado como insumo para a geração de energia elétrica pelas controladas Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. e Porto do Pecém Geração de Energia S.A..

#### **f. Imobilizado**

##### *f.1. Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

• O custo de materiais e mão de obra direta;

• Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;

• Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e

• Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. *Software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuídos à aquisição, à construção ou à produção de um ativo imobilizado formam parte do custo deste ativo, conforme estabelece o CPC 20 e IAS 23 (*Borrowing Costs*). Os custos de empréstimos já estavam sendo capitalizados conforme Deliberação CVM 193/96 tendo em vista que são diretamente atribuíveis à construção do ativo.

##### *f.2. Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

##### *f.3. Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor exercício entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

#### **g. Ativos intangíveis e ágio**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e tem o seu valor recuperável testado anualmente, encontrando-se registrado como intangível nas demonstrações financeiras consolidadas e em investimentos na demonstração financeira individual da controladora.

##### *g.1. Ágio*

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. Veja a Nota Explicativa nº 16.

##### *g.2. Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

##### *g.3. Amortização*

Exceto pelo ágio não amortizado, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, sendo baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

#### **h. Diferido**

A Companhia manteve o saldo do ativo diferido de 31 de dezembro de 2008 nas demonstrações financeiras individuais e através de teste de redução ao valor recuperável de ativos - *impairment*, efetuou a baixa do valor total em 31 de dezembro de 2010.

#### **i. Redução ao valor recuperável (impairment)**

##### *(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e suas controladas sob condições que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

#### **Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição de valor é revertida e registrada no resultado.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2011.

##### *(ii) Ativos não-financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativo intangível com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Os ativos corporativos da Companhia e suas controladas não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGCs ou grupo de UGCs ao qual o ativo corporativo pertence, numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2009, a Administração identificou evidência da redução do valor recuperável na controlada Termopotantanal Ltda., e registrou a respectiva provisão para perda ("*impairment*"), conforme Nota Explicativa nº 14.

#### **j. Benefícios A Empregados**

##### *Transações de pagamento baseado em ações*

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo exercício em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

O valor justo do valor a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre valorização de ações, que são liquidáveis em caixa, é reconhecido como despesa com o correspondente aumento nos passivos, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é mensurado novamente a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e na data de liquidação. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesas com pessoal no resultado.

#### **k. Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a empresa possui uma obrigação presente legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **l. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidas em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia e suas controladas em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

#### **m. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, para as empresas optantes pelo lucro real, são calculados com base nas aliquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil.



A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado com exceção do imposto de renda diferido sobre os impactos de *hedge accounting* o qual se encontra no grupo de ajuste de avaliação patrimonial, reconhecido diretamente no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

As empresas optantes pelo lucro real no exercício findo de 31 de dezembro de 2011, não apuraram lucro tributável, com exceção da Comercializadora de Energia Ltda. e Amapari Energia S.A., cujos valores de IRPJ e CSLL foram de R\$1.146 e R\$2.236, respectivamente.

#### n. Demais passivos circulantes e não circulante

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

#### o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

#### p. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede, despesas e receitas financeiras e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

#### q. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

#### r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas:

- Emendas às IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras. Esta norma é efetiva para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de julho de 2012;
- Emendas às IAS 12 - Tributos sobre o lucro. Esta norma é efetiva para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2012;
- Emendas às IAS 19 - Benefícios a empregados. Estas normas são efetivas para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013;
- IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos em conjunto, IFRS 12 - Divulgação de participação em outras entidades, IFRS 13 - Mensuração ao valor justo. Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013;
- Mensuração ao valor justo e Emendas às IAS 27 - Demonstrações financeiras; consolidadas e separadas, IAS 28 - Investimentos em associadas. Estas normas são efetivas para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013;
- Emendas às IAS 32 e IFRS 7 - Instrumentos financeiros - Evidenciação. Estas normas são efetivas para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014;
- IFRS 9 - Instrumentos financeiros - classificação e mensuração. Estas normas são efetivas para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

As normas, emendas a normas e interpretações IFRS são efetivas para os exercícios anuais iniciados conforme listado acima e não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, exceto pelo IFRS 9 - *Financial Instruments* que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, e pelos IFRS 10 e IFRS 11, os quais podem ter impacto nas entidades atualmente consolidadas e/ou consolidadas proporcionalmente pelo Companhia. A Companhia não espera adotar essa normas antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

#### 5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e também de acordo com BR GAAP, e incluem as demonstrações financeiras da controladora, daquelas empresas onde a Companhia detém o controle (diretamente e indiretamente), das controladas em conjunto e dos Fundos Exclusivos, conforme detalhadas abaixo:

	Participação controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
<b>Controladas ou coligadas diretas</b>		
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	50,00%	50,00%
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	99,70%	99,70%
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A.	100,00%	100,00%
Amapari Energia S.A.	51,00%	51,00%
UTE Porto do Açu Energia S.A.	100,00%	100,00%
Seival Sul Mineração Ltda.	70,00%	70,00%
UTE MPX Sul Energia Ltda.	99,90%	99,90%
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	99,90%	99,90%
MPX Chile Holding Ltda.	99,73%	99,73%
MPX Áustria GmbH	100,00%	100,00%
MPX Solar Empreendimentos Ltda.	99,90%	99,90%
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	50,00%
MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda.	99,90%	99,90%
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	66,67%
OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A.	33,33%	33,33%
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A.	70,00%	70,00%
Nova - Sistemas de Energia Ltda.	99,90%	99,99%
OGMP Transporte Aéreo Ltda.	50,00%	-
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração S.A. (PO&M)	50,00%	-
Seival Participações S.A.	99,90%	-
UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	-

	Participação controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
<b>Fundos Exclusivos</b>		
Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado MPX 63	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado MPX.	100,00%	100,00%

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

#### Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e entre elas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas e controladas em conjunto;
- A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do exercício e patrimônio líquido que não são detidos pela Companhia, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e entre elas. Esses saldos são eliminados na medida da participação da controladora nas controladas contra os respectivos investimentos.

Os investimentos nas controladas em conjunto Porto do Pecém Geração de Energia S.A., Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A., OGMP Transporte Aéreo Ltda. e Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração S.A. são avaliados por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidados proporcionalmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Ademais, conforme Instrução CVM nº 409/08, as demonstrações financeiras consolidadas incluem saldos e transações do fundo de investimento exclusivo "FI Multimercado Crédito Privado MPX 63" e "FI em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado MPX 63", ambos administrados pelo Itaú S.A., conforme Nota Explicativa nº 6.

#### 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	851	152	20.554	13.323
Fundo de Investimento Multimercado MPX 63	(a) 834.958	195.318	1.210.166	208.848
Bradesco Corporate FIC FI Referenciado DI Federal	(b) -	-	61.505	67.484
CDB/Compromissadas	(c) 124.449	-	124.449	13.392
Outras aplicações em renda fixa	(d) -	142	25.741	1.420
	<u>960.258</u>	<u>195.612</u>	<u>1.442.415</u>	<u>304.467</u>

(a) Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Trata-se do Fundo de investimentos em Cotas de FI Multimercado Crédito Privado MPX 63 administrado pelo Banco Itaú e lastreado em títulos públicos federais e títulos privados (Debêntures e Cédulas de Créditos Bancários - "CDB") emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 100,44% (marcação a mercado) e 101,4% (taxa nominal na curva). As debêntures representam operações compromissadas, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, com garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408/05, as demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações de fundos de investimentos exclusivos, cujos quotistas são a Companhia e suas controladas, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
<b>Fundo Multimercado Consolidado</b>		
MPX Energia S.A.	834.958	195.318
UTE Porto do Açu Energia S.A.	109	4
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	-	6.764
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	14.071	3.260
Amapari Energia S.A.	31.123	468
Seival Sul Mineração Ltda.	152	-
UTE MPX Sul Energia Ltda.	-	368
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A.	321.642	2.490
MPX Tauá Energia Solar Ltda.	24	176
MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda.	8.049	-
MPX Solar Empreendimentos Ltda.	1	-
Pecém Operação e Manutenção de Unidades Geração Elétrica S.A.	26	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	10	-
	<u>1.210.166</u>	<u>208.848</u>

(b) O Fundo Bradesco Corporate FIC FI Referenciado DI Federal é lastreado em títulos públicos do Tesouro Nacional, LFT, LTF-O e LTN-O com liquidez diária. O Fundo obteve uma rentabilidade média em 31 de dezembro de 2011, equivalente a 98,71% do DI CETIP ("CDI"). As empresas que têm cotas deste fundo são a controladora MPX Energia S.A. e a controlada Porto do Pecém Geração de Energia S.A.

(c) Representam valores investidos em CDBs ou Debêntures Compromissadas emitidos por instituições financeiras de primeira linha e remuneradas com taxas médias de 100,6% CDI.

(d) Representam, basicamente, valores investidos em Fundo de Investimento pela MPX Chile em pesos chilenos e dólar com rentabilidade média no ano de 0,63% a.a. nominal e pela MPX Colômbia onde estão aplicados a renda fixa, em dólar e peso colombiano, às taxas de 0,40% a.a e 4% a.a, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Fundo de Investimento Multimercado em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado MPX 63 encontra-se representado pela carteira apresentada abaixo:

Instituição financeira	Natureza das aplicações - Controladora				31/12/2010
	31/12/2011		31/12/2010		
	Títulos públicos	Operações Compromissadas	CDB	Total	
Fundos exclusivos:	0,66%	54,26%	45,08%	-	-
Itaú	5.505	453.032	376.421	834.958	195.318
	<b>Natureza das aplicações - Consolidado</b>				
	31/12/2011		31/12/2010		
	Títulos públicos	Operações Compromissadas	CDB	Total	Total
Fundos exclusivos:	0,66%	54,26%	45,08%	-	-
Itaú	7.979	656.613	545.574	1.210.166	208.848

Os fundos exclusivos são regularmente revisados/auditados por auditores independentes e estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos da Companhia para garantir essas obrigações.

#### 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
LFT Geral	-	4.909	9.437	175.091

Os títulos e valores mobiliários incluem as operações relacionadas à aquisição de títulos públicos federais (LFTs) com vencimentos superiores a 90 dias e estão apresentados no ativo circulante considerando a expectativa de realização no curto prazo. Os valores referem-se às controladas UTE Porto do Itaquí e MPX Pecém II.

#### 8. DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
BNDES - Porto do Pecém	(a) 49.131	237.100	49.131	237.100
BNDES - Porto do Pecém	(b) 7.596	7.974	7.596	7.974
BNDES - UTE Porto do Itaquí	(c) -	-	9.953	9.170
BNDES - UTE Porto do Itaquí	(d) -	4.187	-	4.187
BNDES - Pecém II	(e) -	113.478	-	113.478
BNDES - Pecém II	(f) -	2.769	-	2.769
BNDES - Pecém II	(g) -	-	20.662	-
Comercializadora de Energia	(h) -	-	3.878	-
Porto do Pecém	(h) -	-	8.378	-
UTE Porto do Itaquí	(h) -	-	24.717	-
	<u>56.727</u>	<u>365.508</u>	<u>124.315</u>	<u>374.678</u>
Circulante	56.727	365.508	61.844	365.508
Não circulante	-	-	62.471	9.170

(a) Depósito vinculado às obrigações assumidas no contrato de financiamento entre o BNDES e a controlada Porto de Pecém Geração de Energia S.A., referente à parcela de contrapartida da interveniente MPX S.A. para manutenção da relação entre capital próprio e dívida pré-estabelecida em contrato. Refere-se à parte da MPX Energia S.A. no Fundo Bradesco Corporate FIC FI Referenciado DI Federal. Em 2011 a MPX Energia S.A. efetuou aportes, no montante de R\$187.969, em sua controlada, o que possibilitou a correta manutenção da relação capital próprio e dívida pré-estabelecida, citada anteriormente. Como consequência, a MPX Energia S.A. obteve a liberação de parte substancial dos depósitos.

(b) Juros oriundos da aplicação mencionada no item (a) acima.

(c) Refere-se à conta reserva de serviço da dívida, vinculada ao contrato de financiamento entre o BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a controlada UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A.. O valor do depósito em questão corresponde a três prestações de amortização do financiamento concedido e será mantido como garantia da dívida por toda a vigência do referido contrato.

(d) Refere-se aos juros oriundos da aplicação para cumprimento das obrigações assumidas no contrato de financiamento entre BNDES e a controlada UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A., referente à parcela de contrapartida da interveniente (MPX Energia S.A.), mantendo a relação de capital próprio pré-estabelecida em contrato.

(e) Depósito vinculado às obrigações assumidas no contrato de financiamento entre o BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. e BNDES e a controlada MPX Pecém II Geração de Energia S.A., para manutenção da relação entre capital próprio e dívida pré-estabelecida em contrato. Aplicação em LFT. Em 2011 a MPX Energia S.A. efetuou aportes, no montante de R\$217.480, em sua controlada, o que possibilitou a correta manutenção da relação capital próprio e dívida pré-estabelecida, citada anteriormente. Como consequência aos aportes efetuados a MPX Energia S.A. obteve a liberação do total depositado

(f) Juros provenientes da aplicação referente ao depósito vinculado mencionado no item (e) acima.

(g) Serviço da Dívida das obrigações assumidas no contrato de financiamento entre o BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a controlada MPX Pecém II Geração de Energia S.A.

(h) Garantias no Bradesco Trianon referentes à compra de energia no mercado livre.

#### 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E SUBSÍDIOS A RECEBER - CONTA CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS - CCC

O contas a receber corresponde à venda de energia pela controlada Amapari Energia S.A. à Anglo Ferrous Amapá Ltda., no montante de R\$10.640 (R\$3.433 em 31 de dezembro de 2010), bem como à venda de energia pela MPX Comercializadora de Energia Ltda. no montante de R\$10.827 (R\$6.413 em 31 de dezembro de 2010) e R\$ 430 referente a outros contos a receber das controladas Porto do Pecém Geração de Energia S.A., Porto do Itaquí Geração de Energia S.A., Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A e MPX Tauá Energia Solar Ltda.

A controlada Amapari Energia S.A. obteve, em 19 de maio de 2009, decisão judicial que obriga a ANEEL a enquadrar a UTE Serra do Navio no mecanismo de ressarcimento de parte dos seus custos com combustíveis, utilizados como insumos na geração e venda de energia elétrica, através da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC.

A partir de junho de 2010, o mecanismo de ressarcimento de parte de seus custos com combustíveis utilizados como insumo na geração e venda de energia elétrica através da Conta Consumo de Combustíveis - CCC foi alterado e está sendo repassado diretamente pela Eletrobrás à BR Distribuidora, onde amortiza parte do pagamento do combustível fornecido à Amapari Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo em aberto é de R\$ 29.445 (R\$ 28.807 em 31 de dezembro de 2010).

#### 10. ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Óleo diesel/lubrificante	(a) 8.203	7.068
Carvão	(b) 76.562	-
Peças eletrônicas e mecânicas	(c) 1.173	-
<b>Total</b>	<u>85.938</u>	<u>7.068</u>

(a) O saldo é composto pelo reservatório de óleo diesel e óleo lubrificante utilizados como insumos na geração de energia elétrica pela controlada Amapari Energia S.A.. A controlada possui contrato com obrigação de aquisição ("take or pay") com a BR Distribuidora S.A., com a obrigação de adquirir uma quantidade mínima de óleo diesel, equivalente a 3.600 m³, por um preço fixado ou de efetuar um pagamento mesmo que esta quantidade não tenha sido adquirida, as quais, caso a obrigatoriedade do contrato seja exercida, resultarão na aquisição do óleo diesel utilizado como insumo pela Companhia. Embora a cláusula de obrigatoriedade de compra da quantidade mínima não tenha sido usada, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou uma provisão, na conta de fornecedores, referente à diferença entre a quantidade adquirida e a quantidade mínima obrigatória em contrato em contrapartida do estoque, no montante de R\$6.614 (R\$ 5.828 em 31 de dezembro de 2010).

(b) O saldo é composto pelo estoque de carvão utilizado como insumos na geração de energia elétrica pelas controladas Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. (R\$49.986) e Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (R\$26.575). O carvão foi adquirido para a fase de comissionamento da operação, bem como para a formação de estoque de segurança da planta.

(c) O saldo é composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações de manutenção realizadas pela Pecém Operações e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.

#### 11. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Seguro garantia - ANEEL	(a) -	-	2.739	3.942
Opção de aluguel de área	(b) -	-	2.823	2.837
Custo de captação de empréstimos	(c) -	-	7.922	1.568
Seguros	151	188	1.955	4.405
Outros	55	55	983	-
	<u>206</u>	<u>243</u>	<u>16.422</u>	<u>12.752</u>
Circulante	151	188	13.908	8.469
Não circulante	55	55	2.514	4.283

(a) Refere-se ao valor para cobrir as obras das usinas e contratos de concessão para geração de energia elétrica promovida pela ANEEL.

(b) Refere-se ao pagamento realizado pela MPX Energia de Chile Ltda. para ter o direito de exercer a opção ao aluguel do terreno no Chile, onde será instalada a usina termelétrica de 2.100 MW. Os valores estão registrados de acordo com o contrato, que é a opção com o terceiro, o que se aproxima de forma material ao valor justo.

(c) Em dezembro de 2011 a UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. contraiu três linhas de financiamento (conforme descrito na nota explicativa nº 18), e os custos relativos à captação desses recursos foram transitoriamente alocados como despesa antecipada, até a conclusão do processo de captação, conforme determinado no item 19, do CPC 08, aprovado pela Deliberação CVM nº 556 de 12 de novembro de 2008.

#### 12. IMPOSTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS

O saldo da conta de impostos a recuperar está representado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda retido na fonte (b)	23.437	12.210	35.393	19.918
Antecipação de imposto de renda	-	-	-	-
Antecipação de contribuição social	-	-	1.819	-
Antecipação de contribuição social - Ano anterior (a)	-	2.551	-	


**Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

De acordo com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia e suas controladas, Porto do Pecém Geração de Energia S.A., Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., Porto do Açú Energia S.A., MPX Comercializadora de Combustíveis S.A. e MPX Pecém II Geração de Energia S.A., fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudos técnicos aprovados pela Administração, reconheceram também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, sendo que caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

A Companhia e suas controladas adotaram o Regime Tributário de Transição (RTT), para que as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941, de 2009 que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na escrituração contábil, para apuração do lucro líquido do exercício definido no art. 191 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, não tenham efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

A Instrução Normativa nº 949/09 de 18 de junho de 2009 reforça que as adaptações das regras societárias não terão efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Devido às alterações ocorridas na legislação tributária, a Companhia constituiu ativos e passivos diferidos, eliminando assim os efeitos contábeis trazidos pelas novas mudanças contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>Ativo diferido - não circulante</b>				
Prejuízo fiscal e base negativa	67.599	19.407	67.599	19.407
Diferenças temporárias - RTT	-	-	160.183	201.987
Baixa do ativo diferido	-	-	-	1.594
Valor justo - Derivativos	21.081	-	21.081	-
Variação cambial sobre principal de empréstimos	-	-	-	20.292
Variação cambial não realizada sobre operações de derivativos - NDF	-	-	183.474	60.463
	<b>88.680</b>	<b>19.407</b>	<b>432.337</b>	<b>303.743</b>
<b>Passivo diferido - não circulante</b>				
Diferenças temporárias - RTT	-	-	13.239	45.796
Variação cambial não realizada	-	-	93.288	44.775
	-	-	<b>106.527</b>	<b>90.571</b>

**13. INVESTIMENTOS**
**a. Composição dos saldos**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Participações societárias	1.538.331	1.035.361	54.466	26.240
Adiantamento para futura aquisição de investimento	-	24.219	1.276	24.219
	<b>1.538.331</b>	<b>1.059.580</b>	<b>55.742</b>	<b>50.459</b>

**b. Participações societárias**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora, daquelas empresas onde a Companhia detém o controle e dos Fundos Exclusivos. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos dos principais grupos de contas das empresas consolidadas são os seguintes:

	31/12/2011						
	Participação no Capital em %	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
<b>Controladas (diretas)</b>							
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	50,00%	229.533	3.820.747	436.641	2.878.507	735.132	(71.641)
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	99,70%	10.716	1.398.590	96.745	935.344	377.218	(29.631)
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	113.015	2.443.759	130.986	1.997.311	428.477	(73.323)
Amapari Energia S.A.	51,00%	56.720	102.684	60.750	-	98.653	21.551
UTE Porto do Açú Energia S.A.	100,00%	226	46.913	486	10.360	36.293	(3.003)
Seival Sul Mineração Ltda.	70,00%	269	4.442	28	-	4.682	(633)
UTE MPX Sul Energia Ltda.	99,90%	27	12.809	115	3.310	9.411	(1.532)
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	99,90%	31.819	934	13.615	-	19.138	2.369
MPX Chile Holding Ltda.	99,73%	29.837	13.016	5.402	46.970	(9.519)	(27.865)
MPX Austria GmbH	100,00%	14.287	355.624	365.967	26	3.918	(59.479)
MPX Solar Empreendimentos Ltda.	99,90%	255	8.016	12	250	8.009	(1.063)
MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda.	99,90%	8.176	1.710	591	-	9.294	11.062
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	8	402	-	2.722	(2.312)	28
UTE Parnaíba Geração de Energia Ltda.	70,00%	330.627	436.710	614.150	-	153.187	(11.780)
Nova-Sistemas de Energia Ltda.	99,09%	-	2.425	-	-	2.425	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	1.280	78	306	-	1.052	-
OGMP Transporte Aéreo Ltda.	50,00%	970	14.438	274	-	15.134	(3.566)
PO&M- Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	50,00%	2.700	-	76	2.040	584	(516)
Seival Participações S.A.	99,90%	-	49.730	14	11.178	38.538	(13)
UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	419	22.428	41	22.805	1	-

	31/12/2010						
	Participação no capital em %	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
<b>Controladas (diretas)</b>							
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	50,00%	69.488	1.245.279	113.616	964.900	236.251	(41.405)
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	99,70%	144.436	900.684	70.888	784.863	189.369	(33.791)
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	46.859	1.423.432	109.076	995.677	365.538	(33.660)
Amapari Energia S.A.	51,00%	16.082	104.205	28.629	9.918	81.740	183
UTE Porto do Açú Energia S.A.	100,00%	310	44.744	728	5.030	39.296	(9.802)
Seival Sul Mineração Ltda.	70,00%	219	4.217	9	665	3.762	(629)
UTE MPX Sul Energia Ltda.	99,90%	545	12.030	1.632	-	10.943	(4.534)
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	99,90%	15.660	1.407	5.884	-	11.183	158
MPX Energia de Chile Ltda.	99,73%	4.756	10.491	1.371	-	13.876	(8.507)
MPX Austria GmbH	100,00%	-	43.378	-	-	43.378	(35.126)
MPX Tauá Energia Solar Ltda.	99,90%	250	4.669	92	4.595	232	(520)
MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda.	99,90%	138.563	49.366	146.140	44.237	(2.448)	14.197
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	4	369	1	2.712	(2.340)	3.925
UTE Parnaíba Geração de Energia Ltda.	70,00%	2.588	6.723	404	1.080	7.827	(1.537)
Nova-Sistemas de Energia Ltda.	99,99%	-	2.425	-	-	2.425	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	-	-	-	-	1	-

O saldo do investimento está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	367.565	267.995	-	-
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	376.189	188.803	-	-
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.	428.477	865.537	-	-
Ágio por rentabilidade futura	15.470	15.470	-	-
Amapari Energia S.A.	50.313	41.687	-	-
UTE Porto do Açú Energia S.A.	36.292	39.295	-	-
Seival Sul Mineração Ltda.	3.277	2.633	-	-
UTE MPX Sul Energia Ltda.	9.401	10.931	-	-
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	19.122	11.172	-	-
MPX Energia de Chile Ltda.	(e)	13.838	-	-
Termopantanal Participações Ltda.	(e)	-	-	-
MPX Áustria GmbH	3.919	43.378	-	-
MPX Solar Empreendimentos Ltda.	8.004	232	-	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	526	1	-	-
MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda.	9.285	246	-	-
OGX Maranhão	(f)	26.240	54.466	26.240
UTE Parnaíba Geração de Energia Ltda.	107.231	5.478	-	-
Nova - Sistemas de Energia Ltda.	2.425	2.425	-	-
OGMP Transporte Aéreo Ltda.	(a)	7.568	-	-
PO&M- Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	(b)	293	-	-
Seival Participações S.A.	(c)	38.506	-	-
UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A.	-	1	-	-
Adiantamento para futura aquisição de investimento	(d)	24.219	1.276	24.219
	<b>1.538.331</b>	<b>1.059.580</b>	<b>55.742</b>	<b>50.459</b>

**14. IMOBILIZADO**
**a. Composição dos saldos**

Consolidado	Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Gasoduto	Provisão para perda "Impairment"	Custo de Desmantelamento	Imobilizado em Curso	Total
<b>Custo</b>											
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2010</b>	-	7.130	77.388	1.696	517	2.722	12.169	(12.169)	3.282	1.848.469	1.941.204
Adições	2.634	413	1.644	1.158	202	314	-	-	168	1.571.763	1.578.296
Baixas	-	-	-	(30)	-	(12)	-	-	-	(36.835)	(36.877)
Transferências	6	345	(211)	(135)	-	(12)	-	-	-	7	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>2.640</b>	<b>7.888</b>	<b>78.821</b>	<b>2.689</b>	<b>719</b>	<b>3.012</b>	<b>12.169</b>	<b>(12.169)</b>	<b>3.450</b>	<b>3.383.404</b>	<b>3.482.623</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2011</b>	<b>2.640</b>	<b>7.888</b>	<b>78.821</b>	<b>2.689</b>	<b>719</b>	<b>3.012</b>	<b>12.169</b>	<b>(12.169)</b>	<b>3.450</b>	<b>3.383.404</b>	<b>3.482.623</b>
Adições	41.339	1.735	6.098	727	8.205	3.577	-	-	246	1.865.696	1.927.623
Baixas	-	(3)	(499)	-	(73)	(54)	-	-	-	(192)	(821)
Transferências	440	11.724	2.905	5	-	266	-	-	-	(15.340)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>44.419</b>	<b>21.344</b>	<b>87.325</b>	<b>3.421</b>	<b>8.851</b>	<b>6.801</b>	<b>12.169</b>	<b>(12.169)</b>	<b>3.696</b>	<b>5.233.568</b>	<b>5.409.425</b>
<b>Depreciação</b>											
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2010</b>	-	(185)	(3.864)	(518)	(70)	(515)	-	-	-	-	(5.152)
Adições	-	(169)	(3.827)	(388)	(133)	(275)	-	-	-	-	(4.792)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	-	(354)	(7.691)	(906)	(203)	(790)	-	-	-	-	(9.944)
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2011</b>	-	(354)	(7.691)	(906)	(203)	(790)	-	-	-	-	(9.944)
Adições	-	(477)	(4.178)	(569)	(150)	(298)	-	-	-	-	(5.672)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	-	(831)	(11.869)	(1.475)	(353)	(1.088)	-	-	-	-	(15.616)
<b>Valor Contábil</b>											
<b>Em 1º de janeiro de 2010</b>	-	6.945	73.524	1.178	447	2.207	12.169	(12.169)	3.282	1.848.469	1.936.052
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>2.640</b>	<b>7.534</b>	<b>71.130</b>	<b>1.783</b>	<b>516</b>	<b>2.222</b>	<b>12.169</b>	<b>(12.169)</b>	<b>3.450</b>	<b>3.383.404</b>	<b>3.472.679</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>44.419</b>	<b>20.513</b>	<b>75.456</b>	<b>1.946</b>	<b>8.498</b>	<b>5.713</b>	<b>12.169</b>	<b>(12.169)</b>	<b>3.696</b>	<b>5.233.568</b>	<b>5.393.809</b>

(a) A sociedade, constituída em 6 de abril de 2011, tem por objeto a aquisição de aeronaves para a exploração de transporte aéreo não regular de passageiro, carga e mala postal na modalidade de taxi aéreo, incluindo as operações "off-shore".

(b) A sociedade, constituída em 30 de maio de 2011, tem por objeto a prestação de serviço de operação e manutenção de unidades de geração elétrica.

(c) Em junho de 2011 foi efetuada a transferência das ações desta sociedade para MPX Energia S.A.. A sociedade é controladora da Usina Termelétrica Seival Ltda. e tem por objeto a produção e comercialização de energia elétrica, fertilizantes e derivados, bem como sub produtos do carvão, conforme mencionado na nota nº 14.

(d) Em junho de 2011, a MPX Energia S.A. assinou Termo de Compromisso para aquisição de 660MW em projetos do Grupo Bertin para aquisição das sociedades UTE MC2 Joinville S.A. e da UTE MC2 João Neiva S.A. ("projetos"), detentoras de autorizações para construção de usinas termelétricas a gás natural liquefeito. Em 2 de setembro de 2011, foi concluída a auditoria dos projetos e assinado o contrato de compra de outorgas. Conforme facultado no Termo de Compromisso, a MPX Energia S.A. optou pela aquisição apenas das outorgas e dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado por Disponibilidade (CCEARs) dos quais os projetos eram detentores. Por esse motivo o saldo pago a título de adiantamento para futura aquisição de investimento foi transferido para o ativo intangível, como aquisição de outorgas, conforme nota nº 16.

(e) Em 31 de dezembro de 2011 o saldo do investimento com as controladas MPX Energia de Chile Ltda. e Termopantanal Participações Ltda. encontra-se classificado no passivo não circulante na conta passivo a descoberto tendo em vista o patrimônio líquido negativo das empresas.

(f) Em 8 de setembro de 2011 a coligada OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A. adquiriu 50% de participação no bloco exploratório terrestre PN-T-102 na bacia do Parnaíba, interior do Estado do Maranhão. A transação já está aprovada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP) e se encontra em fase de análises por parte da OGX Maranhão em relação aos custos reembolsáveis.

**c. Mutação do investimento:**

Controladas diretas	% 31/12/2010	Saldo em Integralização			Variação Camb
---------------------	--------------	-------------------------	--	--	---------------



Controladora	Edificações, Obras Cíveis e		Máquinas e	Equipamento	Móveis e	Imobilizado	Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	de Informática	Veículos	Utensílios em Curso	
<b>Custo</b>							
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2010</b>	-	1.169	344	1.271	-	1.853	26.373
Adições	-	-	1.066	585	-	28	14.911
Baixas	-	-	-	(89)	-	-	(27.529)
Transferências	-	(1)	(288)	(38)	-	4	323
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	-	1.168	1.122	1.729	-	1.885	15.345
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2011</b>	-	1.168	1.122	1.729	-	1.885	15.346
Adições	-	1.303	470	398	-	1.548	4.847
Baixas	-	(2)	-	-	-	-	(2)
Transferências	-	5.830	(243)	-	-	84	(5.671)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	-	8.299	1.349	2.127	-	3.517	23.910
<b>Depreciação</b>							
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2010</b>	-	(75)	(17)	(456)	-	(458)	(1.006)
Adições	-	(38)	(4)	(230)	-	(210)	(482)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	-	(113)	(21)	(686)	-	(668)	(1.488)
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2011</b>	-	(113)	(21)	(686)	-	(668)	(1.488)
Adições	-	(59)	(55)	(400)	-	(267)	(781)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	-	(172)	(76)	(1.086)	-	(935)	(2.269)
<b>Valor Contábil</b>							
<b>Em 1º de janeiro de 2010</b>	-	1.094	327	815	-	1.395	25.367
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	-	1.055	1.101	1.043	-	1.217	13.857
<b>Em 31 de dezembro 2011</b>	-	8.127	1.273	1.041	-	2.582	21.641

#### Máquinas e equipamentos

Refere-se, basicamente, à usina, linha e subestação da Amapari Energia S.A. que entrou em operação em novembro de 2008. A depreciação dos ativos está calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela Portaria nº 815, de 30 de novembro de 1994, da ANEEL, que leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e seus valores residuais.

#### Custo de desmantelamento

Refere-se, basicamente, ao provisionamento dos gastos de retirada dos ativos no término do contrato de geração de energia da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. e MPX Pecém II Geração de Energia S.A.. A provisão é constituída inicialmente com o registro de um passivo de longo prazo com contrapartida no item do ativo correspondente. O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente, e registrado contra o resultado do exercício, na despesa financeira.

Os valores estimados para a constituição da provisão respeitam o prazo do contrato de geração de energia e foram corrigidos considerando a expectativa de inflação de longo prazo (4,50% ao ano) e, posteriormente, descontados pela taxa de desconto livre de risco ajustada de 9,00%.

#### Terrenos

A MPX Colômbia S.A. adquiriu, em 31 de maio de 2011, 100% das ações da sociedade Kebiny S.A., pelo montante de Cop\$ 25.759.623.066 (Correspondentes a R\$ 22.701, em dezembro de 2011). Esta companhia possui a área denominada de *Bello Horizonte*, site estratégico onde pretende desenvolver a implantação de porto próprio na Colômbia. A Companhia não tratou essa transação como uma combinação de negócios, mas sim como uma aquisição de ativo uma vez que a Kebiny é proprietária de imóvel que servirá para o desenvolvimento do site estratégico para implantação de tal porto. Para essa aquisição foram efetuados adiantamentos no montante de R\$ 21.892 que estavam sendo registrados no intangível e em junho foram reclassificados para a conta de terrenos. Adicionalmente foram efetuados adiantamentos no montante de R\$ 19.447, para aquisição de áreas estratégicas para o desenvolvimento do porto próprio na província de La Guajira. Este empreendimento é parte integrante da solução logística para seu sistema integrado de mineração na Colômbia.

#### Juros capitalizados

Os custos dos empréstimos capitalizados consolidados em virtude das imobilizações em andamento foram no montante de R\$468.175, em 31 de dezembro de 2011, atualizados por taxa de juros nas controladas UTE Porto do Açu, Porto do Pecém, Porto do Itaquí e MPX Pecém II, conforme segue:

	UTE	UTE	Porto do	Porto do	MPX	Total
	Porto do Açu	Parnaíba	Pecém	Itaquí	Pecém II	
Juros e variação cambial sobre juros capitalizados	5,449	9,081	116,491	205,369	131,785	468,175
Taxa de Juros	13,68%	10,92%	7,68%	9,32%	8,43%	

#### Imobilizado em curso

Refere-se, basicamente, a gastos incorridos com adiantamentos realizados para reservas e aquisições de equipamentos para a construção das usinas termelétricas das empresas Porto do Pecém Geração de Energia S.A., MPX Pecém II Geração de Energia S.A. e UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A., garantidos por fianças bancárias no montante de R\$ 324.240. Os saldos estão contabilizados no subgrupo "imobilizado em curso" e serão transferidos para "imobilizado em serviço" a partir da entrada em operação. As referidas controladas assinaram com a MABE Construção e Administração de Projetos Ltda. um contrato EPC na modalidade de empreitada global para construção das usinas. Conforme estabelecido nos respectivos contratos, sobre cada montante adiantado deverá ser retido o equivalente a 15% a título de garantia para entrega da usina, a ser desembolsado ao longo do exercício de 2011, caso a MABE apresente fianças bancárias, ressaltando que para essa parcela retida do adiantamento não há uma definição prévia quanto à sua aplicação na obra da usina. Em 31 de dezembro de 2011, o montante total das garantias retidas pelas controladas corresponde a R\$180.497 (R\$183.958 em 31 de dezembro de 2010) e encontra-se contabilizado no passivo circulante das respectivas controladas e apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica "Retenções contratuais".

O imobilizado em curso da MPX Energia S.A. refere-se, basicamente, a gastos incorridos com licenciamentos ambientais e estudos de projetos de desenvolvimento, como UTE Porto do Pecém I e II, UTE Porto do Itaquí, MPX Colômbia, UTE Porto do Açu, UTE MPX Sul entre outros e adiantamentos referentes à aquisição de equipamentos para a usina Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Os saldos estão contabilizados no subgrupo "imobilizado em curso" e serão transferidos para "imobilizado em serviço" a partir da entrada em operação.

Os custos de mão de obra dos colaboradores diretamente alocados na construção das usinas de Porto do Pecém Geração de Energia S.A., MPX Pecém II Geração de Energia S.A. e UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A., cujo montante é de R\$22.339 em 31 de dezembro de 2011, estão sendo capitalizados.

#### 15. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em julho de 2010, a MPX Energia S.A. adquiriu participação societária de 99,99% na sociedade Nova - Sistemas de Energia Ltda. pelo montante de R\$2.425. A sociedade terá por objeto a prestação de serviço de desenvolvimento e de implementação de sistemas de geração de energia elétrica renovável.

Em junho de 2011, a MPX Energia S.A. obteve o controle na sociedade Seival Participações S.A., ao adquirir participação societária de 99,99% de suas ações pelo montante de R\$38.523. Esta sociedade é controladora da Usina Termelétrica Seival Ltda., que tem por objeto a produção e comercialização de energia elétrica, fertilizantes e derivados, bem como sub-produtos do carvão.

#### Ágio

Não houve ágio reconhecido nas aquisições da Nova Sistemas de Energia Ltda. e da Seival Participações S.A. conforme demonstrado abaixo:

	Nova Sistemas	Seival Participações
<b>Contraprestação transferida</b>	2.425	38.523
(-) Valor justo dos ativos/passivos líquidos:		
Imobilizado	(2.425)	(49.730)
Passivo diferido	-	11.178
Participação dos acionistas não controladores	-	(29)
<b>(=) Goodwill da combinação de negócios</b>	<b>=</b>	<b>=</b>

A Companhia registrou estas transações com base no seu melhor entendimento quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade.

Destacamos que o período de mensuração da combinação de negócio para a aquisição da Nova Sistema de Energia Ltda. terminou em julho de 2011 e a posição demonstrada acima não sofreu alteração. Quanto à Seival Participações S.A. esse período terminará quando obtivermos as informações sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, contudo, não poderá exceder a um ano a contar de junho de 2011.

Com as aquisições destas sociedades a MPX Energia S.A. amplia o seu plano de negócios.

#### 16. INTANGÍVEL

##### a. Composição dos saldos

Consolidado	Direitos		Opções de	Estudos	Ágio na	Direito	Total
	Licenças de	minerários de	direitos		de		
	Informática	carvão	minerários	investimentos	Outorgas e CCEARs	de uso	
<b>Custo</b>							
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2010</b>	1.584	10.078	-	-	15.470	-	9.642
Adições	933	42.343	3.825	11.931	-	-	2.107
Baixas	-	(7.562)	(1.170)	-	-	-	(5)
Transferências	-	(2.075)	(206)	2.281	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	2.517	42.784	2.449	14.212	15.470	-	11.744
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2011</b>	2.517	42.784	2.449	14.212	15.470	-	11.744
Adições	2.273	5.876	-	15.275	-	183.501	63
Baixas	(4)	(23.555)	-	(2.941)	-	(759)	(27.259)
Transferências	(142)	-	-	-	-	142	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	4.644	25.105	2.449	26.546	15.470	183.501	11.900
<b>Depreciação</b>							
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2010</b>	(282)	-	-	-	-	-	(282)
Adições	(371)	-	-	-	-	-	(371)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	(653)	-	-	-	-	-	(653)
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2011</b>	(653)	-	-	-	-	-	(653)
Adições	(636)	-	-	-	-	-	(636)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	(1.289)	-	-	-	-	-	(1.289)
<b>Valor Contábil</b>							
<b>Em 1º de janeiro de 2010</b>	1.302	10.078	-	-	15.470	-	9.642
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	1.864	42.784	2.449	14.212	15.470	-	11.744
<b>Em 31 de dezembro 2011</b>	3.355	25.105	2.449	26.546	15.470	183.501	11.900

#### Controladora

##### Custo

##### Saldo em 1º de janeiro de 2010

Adições  
Baixas  
Transferências

##### Saldo em 31 de dezembro de 2010

##### Saldo em 1º de janeiro de 2011

Adição  
Baixas  
Transferências

##### Saldo em 31 de dezembro de 2011

##### Amortização

##### Saldo em 1º de janeiro de 2010

Adições  
Baixas  
Transferências

##### Saldo em 31 de dezembro de 2010

##### Saldo em 1º de janeiro de 2011

Adições  
Baixas  
Transferências

##### Saldo em 31 de dezembro de 2011

##### Valor contábil

##### Em 1º de janeiro de 2010

##### Em 31 de dezembro de 2010

##### Em 31 de dezembro 2011

#### Direitos Minerários de Carvão

Em junho de 2011 foram reclassificados os adiantamentos para aquisição da área de *Bello Horizonte* para o imobilizado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 14.

#### Estudos minerários

As atividades de implantação dos projetos de mineração estão focadas, inicialmente, na operacionalização das minas a céu aberto em Cañaverales e Papayal. Com base na campanha exploratória, realizada em 2010, a MPX Colômbia S.A. deu início ao Plano de Trabalho e Obras (PTO) das minas de *Cañaverales* e *Papayal*, o qual compreende todas as informações do projeto de mina, como planos de lavra, mapas, instalações, dimensionamento de frotas de equipamentos de mina, área total do projeto, dentre outros.

Em 2010, a Companhia desenvolveu os estudos necessários para obtenção de licenciamento dos projetos minerários acima citados. Neste sentido, a MPX Colômbia S.A. elaborou os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) para as minas de Cañaverales e Papayal, os quais foram protocolados no terceiro trimestre de 2010.

No 1º trimestre de 2011, a Companhia assegurou solução logística para seu sistema integrado de mineração e os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) estão sendo apresentados até o recebimento da licença ambiental definitiva.

#### Outorgas e CCEARs

Em setembro de 2011, após aprovação da ANEEL, a MPX Energia S.A. firmou o Contrato de Compra de Outorgas com o Grupo Bertin Energia e Participações S.A., com prazo de 15 anos, para a aquisição das outorgas fornecidas pela ANEEL às UTEs MC2 João Neiva e MC2 Joinville (subsidiárias da Bertin Energia e Participações S.A.), para se instalarem como produtoras independentes de energia. Adicionalmente o referido documento determina a cessão dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado por Disponibilidade (CCEARs) das UTEs para a MPX Energia S.A..

Cabe destacar que as UTEs MC2 João Neiva e MC2 Joinville foram contratadas no leilão de A-5 nº 03/2008- ANEEL, realizado em 30 de setembro de 2008, onde foi homologado o suprimento de 225 MW (em média) às distribuidoras, cada uma, com um prazo de autorização de 35 anos.

O Termo de Fechamento da Operação ("Termo"), datado de 2 setembro de 2011, estipula duas cláusulas de pagamento adicional de cessão, condicionado a: (i) Autorização da ANEEL, sem ônus ou restrições, para aumentar a garantia física de energia em até 72,7 MW médios para cada empreendimento. Caso a MPX Energia S.A. obtenha a autorização, será devido às UTEs, na mesma proporção em que for o acréscimo na garantia física com o valor máximo de R\$83 milhões, sendo 50% para cada uma delas, a título de preço adicional de cessão e (ii) Concedida a autorização da ANEEL, sem ônus ou restrições, à alteração do fator "i" e dos "Demais Custos Variáveis" (definido no art.3º, II, da Portaria MME nº42, de 01/03/2007) dos Empreendimentos, a MPX Energia S.A. deverá pagar a cada uma das UTEs, na mesma proporção, o valor dos tributos, declarados e reconhecidos nas demonstrações financeiras das UTEs como devidos. Este montante está limitado a R\$61,2 milhões ou ao valor do benefício obtido pela MPX Energia S.A. resultante da alteração do fator "i" e dos "Demais Custos Variáveis" dos Empreendimentos.

Ambas cláusulas condicionantes têm prazo de 18 meses a contar de 2 de setembro de 2011, data do Termo de Fechamento da Operação.

A MPX Energia S.A. firmou com a sua subsidiária UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. ("UTE Parnaíba") o Contrato de Cessão de Direitos e Obrigações sobre as outorgas compradas do Grupo Bertin Energia e Participações S.A.. O referido contrato objetiva ceder de forma gratuita para UTE Parnaíba todos os direitos e obrigações decorrentes do Contrato de Compra de Outorgas.

A referida Cessão de Direitos e Obrigações, firmada entre a MPX Energia S.A. e a UTE Parnaíba, também possui duas cláusulas condicionais, a saber: (i) Autorização da ANEEL para a implantação dos Empreendimentos (UTEs MC2 João Neiva e MC2 Joinville) no complexo Termelétrico Parnaíba e (ii) alteração do fator "i" e dos " Demais Custos Variáveis" já citados acima.

A Companhia não tratou essa transação como uma combinação de negócios, mas sim como uma aquisição de ativos uma vez que está adquirindo ativos intangíveis que são as outorgas e os contratos de comercialização.

Esta aquisição consolida a implantação do "Complexo Termelétrico Parnaíba", com capacidade instalada de 1,5 GW, à base de gás natural.

#### a. Ágio na aquisição de investimento:

Em 14 de outubro de 2008, a MPX Energia S.A. adquiriu da EDP Energias do Brasil S.A. 100% das quotas do capital social da UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. em transação que envolveu a permuta de 50% das ações da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. pelas referidas quotas e o consequente registro de um ágio pela MPX Energia S.A. no montante de R\$15.470 que está sendo apresentado no grupo de investimentos nas demonstrações financeiras individuais da controladora e no grupo do intangível para as demonstrações financeiras consolidadas. Tal ágio está baseado na expectativa da rentabilidade futura e não vem sofrendo amortização.

#### Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação do ágio da UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia que foram feitas até o término da autorização (exercício de 2041), entretanto sua realização ocorrerá dentro do prazo de cinco anos, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e

- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital. O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

#### Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa, taxas de crescimento na perpetuidade e a margem bruta.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2011 foram:

Margem bruta	61% (R\$17.263.126)
Taxa de crescimento	IPCA
Taxa de desconto	12% a.a

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2010 foram:

Margem bruta	62% (R\$18.080.581)
Taxa de crescimento	IPCA
Taxa de desconto	12% a.a

#### Taxa de desconto

A taxa de desconto é uma taxa após os impostos (post-tax rate) e foi estimada baseada na experiência da administração com os ativos desta UGC (unidade geradora de caixa), e na média ponderada do custo de capital da indústria em que essa UGC atua, o qual foi calculada com base em uma possível relação dívida/patrimônio líquido de 70/30 a uma taxa de juros de mercado de 5,23%.

#### Taxa de crescimento na perpetuidade

A taxa de crescimento esperado para o investimento se dá através da reposição inflacionária permitida em contrato, visto que, as quantidades de energia a ser vendida já estão definidas por um período de 15 anos, sendo o preço de venda desta energia corrigida pelo IPCA. A companhia atuara na gestão eficiente dos custos de O&M e consumo de combustível, bem como controle efetivo dos custos fixos, para poder maximizar seus ganhos no período de operação.

#### b. Direito de uso:

Em 15 de junho de 2009, a controlada UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. firmou um termo de permissão de uso de passagem com a empresa Transnordestina Logística S.A., no montante de R\$10.763, referente à outorga de permissão de uso de faixa de domínio no trecho denominado Itaquí-Bacanga, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, trecho este em que será instalada a linha de transmissão que conectará a usina à subestação da Eletronorte. Adicionalmente a UTE Porto do Pecém Geração de Energia S.A. também possui direitos de uso no montante de R\$ 427.

#### 17. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, relativos a operações

**c. Empresas ligadas**

A Companhia possui como principais empresas ligadas: EBX Investimentos Ltda., EBX Holding Ltda., OGX Petróleo e Gás Participações S.A., LLX Logística S.A., MMX Mineração e Metálicos S.A., OSX Brasil S.A., OMX operações Marítimas Ltda. e AVX Táxi Aéreo Ltda..

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas, estão representados da seguinte forma:

	Ativo			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Amapari Energia S.A. (a)	-	9.918	-	-
Termopantanal Ltda. (b)	7.683	7.663	-	-
Termopantanal Ltda. (b)	(7.453)	(7.453)	-	-
Termopantanal Participações Ltda. (b)	457	445	-	-
MMX Chile S.A. (c)	-	-	999	3.263
EBX Holding Ltda. (c)	1.134	-	1.134	-
LLX Logística S.A. (d)	631	-	631	-
MPX Pecém II Geração de Energia S.A. (e)	332	256.864	-	-
MPX Comercializadora de Energia S.A. (h)	408	-	-	-
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. (i)	2.774	-	-	-
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. (j)	1.399	-	-	-
Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital para controladas (k)	162.758	10.270	-	-
MMX Mineração e Metálicos S/A (l)	579	-	579	-
OGX Petróleo e Gás S.A. (m)	229	-	229	-
OSX Brasil S.A. (n)	222	-	222	-
UTE MPX Sul Energia S.A. (o)	46	-	-	-
UTE Porto do Açú Energia S.A. (p)	136	-	-	-
MPX Tauá Energia Solar Ltda. (q)	234	-	-	-
MPX Solar Empreendimentos Ltda (r)	13	-	-	-
MPX Comercializadora de Combustível Ltda. (s)	355	-	-	-
Seival Participações S.A. (t)	14	-	-	-
Pecém Operação e Manutenção Elétrica S.A. (u)	680	-	-	-
UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A. (v)	22.805	-	-	-
OMX Operações Marítimas Ltda.	-	-	4.642	-
	<u>195.436</u>	<u>277.707</u>	<u>8.436</u>	<u>3.263</u>
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	195.436	277.707	8.436	3.263

	Passivo			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Amapari Energia S.A.	-	337	-	-
MMX Chile	-	-	3	-
EBX Investimentos Ltda./EBX Holding Ltda. (c)	3.195	379	3.397	649
LLX Açú Operações Portuárias S.A. (d)	-	-	275	-
Petra Energia S.A. (f)	-	-	-	1.080
Copelmi Mineração Ltda. (g)	-	-	7	191
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	725	1	-	-
Seival Participações Ltda.	2	1	-	-
EDP - Energias do Brasil	-	-	340	-
AVX	15	-	15	-
	<u>3.937</u>	<u>718</u>	<u>4.037</u>	<u>1.920</u>
Circulante	3.934	716	3.697	649
Não circulante	3	2	340	1.271

	Resultado			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Amapari Energia S.A. (a)	714	2.229	-	-
Termopantanal Ltda. (b)	-	699	-	-
Termopantanal Participações Ltda. (b)	4	40	-	-
EBX Investimentos Ltda./EBX Holding Ltda. (c)	(23.914)	(13.139)	(28.201)	(15.368)
LLX Açú Operações Portuárias S.A. (d)	631	-	(2.573)	(12.505)
MPX Pecém II Geração de Energia S.A. (e)	4.945	13.002	-	-
Petra Energia S.A. (f)	69	-	-	-
MPX Comercializadora de Energia S.A. (h)	(7.277)	-	-	-
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. (i)	9.622	-	-	-
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. (j)	4.248	-	-	-
MMX Mineração e Metálicos S.A. (l)	579	-	579	-
OGX Petróleo e Gás Ltda. (m)	554	-	554	-
OSX Brasil S.A. (n)	539	-	539	-
UTE MPX Sul Energia S.A. (o)	46	-	-	-
UTE Porto do Açú Energia S.A. (p)	136	-	-	-
MPX Tauá Energia Solar Ltda. (q)	234	-	-	-
MPX Solar Empreendimentos Ltda (r.)	13	-	-	-
MPX Comercializadora de Combustível Ltda (s)	355	-	-	-
Seival Participações S.A. (t)	14	-	-	-
Pecém Operação e Manutenção Elétrica S.A. (u)	6	-	-	-
Total	<u>(8.484)</u>	<u>(2.831)</u>	<u>(29.102)</u>	<u>(27.873)</u>

(a) Contrato de mútuo celebrado com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (140% do CDI) e com prazo indeterminado de vencimento. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$714 (R\$2.229 em 31 de dezembro de 2010). Esse contrato foi liquidado em 16 de setembro de 2011.

**18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a composição dos empréstimos junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir:

	Credor	Moeda	Taxas de juros	Vencimento	Taxa Efetiva	31/12/2011			31/12/2010						
						Custo de transação	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de transação	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
Itaquí	BNDES (Direto)	(a)	R\$	TJLP+2,78%	15/06/26	11.204	11.087	868.996	3.256	861.165	10.387	10.342	564.442	14.239	568.339
Itaquí	BNB	(b)	R\$	10,00%	15/12/26	2.948	2.917	202.755	861	200.699	3.445	3.338	187.204	708	184.574
Itaquí	BNDES (Indireto)	(c)	R\$	UMIPCA+ TR BNDES+4,8%	15/06/26	1.358	1.344	114.470	581	113.707	961	957	52.248	3.164	54.455
Itaquí	BNDES (Indireto)	(d)	R\$	TJLP+4,8%	15/06/26	2.062	2.040	172.279	787	171.026	2.576	2.488	139.994	4.333	141.839
Pecém I	BNDES (Direto)	(e)	R\$	TJLP+2,77%	15/06/26	8.437	6.428	735.867	2.689	732.128	8.420	7.294	581.081	2.105	575.982
Pecém I	BID	(f)	US\$	LIBOR+3,5%	15/05/26	8.052	6.265	134.856	717	129.308	7.790	7.024	116.413	587	109.976
Pecém I	BID	(g)	US\$	LIBOR+3,0%	15/05/22	8.013	6.239	165.073	772	159.606	7.693	6.963	142.504	627	136.168
Colômbia	Banco Santander	(h)	US\$	LIBOR+2,0%	05/07/12	-	-	45.957	639	46.596	-	-	40.061	508	40.569
Pecém II	BNDES (Direto)	(i)	R\$	TJLP+2,18%	15/06/27	7.803	7.316	579.717	2.029	574.430	7.470	7.441	443.043	1.442	437.044
Pecém II	BNDES (Direto)	(j)	R\$	UMIPCA+ TR BNDES+2,18%	15/06/27	1.740	1.660	117.886	11.749	127.975	1.631	1.629	89.884	1.793	90.048
MPX S/A	Banco Itaú BBA	(k)	R\$	CDI+3,00%	18/06/12	-	-	105.790	495	106.285	-	-	249.699	1.378	251.077
Pecém II	BNB	(l)	R\$	10,00%	31/01/28	4.139	4.007	235.000	3.826	234.819	-	-	-	-	-
Colômbia	Banco de Bogotá	(m)	COP	DTF (TA)+1,2%	27/01/12	-	-	44.849	821	45.670	-	-	-	-	-
Colômbia	Banco HSBC	(n)	US\$	LIBOR+2,0%	13/04/12	-	-	67.004	8	67.012	-	-	-	-	-
Colômbia	Banco de Bogotá	(o)	US\$	LIBOR+2,0%	13/06/12	-	-	46.895	709	47.604	-	-	-	-	-
Chile	Banco Credit Suisse	(p)	US\$	8,13%	15/04/15	-	-	28.137	536	28.673	-	-	-	-	-
Chile	Banco Credit Suisse	(q)	US\$	8,00%	15/04/15	-	-	18.758	358	19.116	-	-	-	-	-
Colômbia	Banco de Bogotá	(r)	US\$	LIBOR+3,5%	19/12/12	-	-	46.895	67	46.962	-	-	-	-	-
Colômbia	Banco HSBC	(s)	US\$	LIBOR+3,5%	18/06/12	-	-	28.137	37	28.174	-	-	-	-	-
Parnaíba	BRADESCO	(t)	R\$	CDI+3,00%	26/06/13	-	-	75.000	127	75.127	-	-	-	-	-
Parnaíba	Banco Itaú BBA	(u)	R\$	CDI+3,00%	26/06/13	-	-	125.000	212	125.212	-	-	-	-	-
Parnaíba	BNDES (Direto)	(v)	R\$	TJLP+2,80%	17/09/12	-	-	242.729	228	242.957	-	-	-	-	-
Parnaíba	BNDES (Direto)	(z)	R\$	UMIPCA_M+TR BNDES+2,8%	15/03/13	-	-	157.382	118	157.500	-	-	-	-	-
						<u>55.756</u>	<u>49.303</u>	<u>4.359.432</u>	<u>31.622</u>	<u>4.341.751</u>	<u>50.373</u>	<u>47.476</u>	<u>2.606.573</u>	<u>30.884</u>	<u>2.589.981</u>
Circulante						-	-	1.020.230	10.457	1.030.687	201	289.759	5.250	294.808	
Não circulante						49.303	3.339.202	21.165	3.311.064	47.275	2.316.814	25.634	2.295.173		

(a) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") liberou em 15 de dezembro de 2011 mais uma parcela no valor de R\$55 milhões, que somada às anteriores, totaliza R\$771 milhões do financiamento de longo prazo da UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A.. O custo anual contratado é de TJLP + 2,78%, sendo que parte da linha destinada a investimentos sociais (BNDES Social) no valor de R\$13,7 milhões possui custo somente de TJLP. O prazo total da linha BNDES Social é de 9 anos, sendo 6 anos de amortização e carência de pagamento até julho de 2012. O prazo do financiamento é de 17 anos, sendo 14 anos de amortização e carência para pagamento de principal até julho de 2012. Durante a fase de construção os juros destes empréstimos serão capitalizados.

(b) Em complementação ao financiamento do BNDES, a UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. conta com um empréstimo do BNB-FNE, no montante total de R\$ 203 milhões (em R\$ nominais), o qual teve sua última parcela desembolsada em 28 de julho de 2011, totalizando o valor contratado. O empréstimo do BNB tem prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização e carência para pagamento de principal até julho de 2012, com um custo anual de 10%. O financiamento prevê um bônus de adimplência (15%), com uma redução do custo para 8,5% ao ano.

(c) Desta linha do BNDES indireto que tem os bancos Bradesco e Votorantim como agentes, já foram repassados R\$93 milhões a UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A., relativos aos subcréditos A, B, C e D. Esta parte do empréstimo, que ainda tem previstos R\$10 milhões do subcréditos E, tem prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo anual contratado é de IPCA + Taxa referência BNDES + 4,8% durante a fase de construção e de IPCA + Taxa referência BNDES+ 5,30% durante a fase de operação. Durante a fase de construção, os juros destes empréstimos serão capitalizados.

(d) Todo o subcrédito F, do mesmo empréstimo do item anterior e que corresponde a R\$141,8 milhões, foi repassado a UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A.. Esta parte do empréstimo tem prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo anual contratado é de TJLP + 4,80% durante a fase de construção e de TJLP + 5,30% durante a fase de operação. Durante a fase de construção os juros destes empréstimos serão capitalizados.

(e) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") liberou em 28 de dezembro de 2011 mais uma parcela no valor de R\$46,6 milhões que, somada às anteriores, totaliza R\$1,28 bilhão do financiamento de longo prazo da Porto do Pecém Geração de Energia S.A.. O contrato de financiamento com o BNDES prevê um valor total de R\$1,4 bilhão (em R\$ nominais, excluindo juros durante a construção), com prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo anual contratado é de TJLP + 2,77%. Durante a fase de construção os juros serão capitalizados. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 50% dos saldos originais, tendo em vista a participação de 50% da EDP Energias do Brasil S.A.

(f) Em complementação ao empréstimo direto do BNDES, a Porto do Pecém Geração de Energia S.A. conta com empréstimo direto do Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"), ("A loan") no montante de US\$147 milhões, dos quais foi desembolsado até o momento o total de US\$143,78 milhões (equivalente a R\$269.712 em 31 de dezembro de 2011). O "A Loan" tem custo anual de Libor + 3,5% e prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização e carência para pagamento de principal até julho de 2012. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 50% dos saldos originais, tendo em vista a participação de 50% da EDP Energias do Brasil S.A..

(b) Contrato de mútuo celebrado com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (101% do CDI) e com prazo indeterminado de vencimento. Em 31 de dezembro de 2011 o efeito em resultado é de R\$4 (R\$40 em 31 de dezembro de 2010) A MPX Energia S.A. constituiu provisão de R\$7.453 para perda de investimento em sua participação de 66,67% na Termopantanal Participações Ltda.

(c) A Companhia e suas controladas mantêm também contratos de compartilhamento dos custos de atividades operacionais e financeiras firmados com as empresas EBX Investimentos Ltda., EBX Holding S.A. e MMX Chile S.A., com cobranças mensais através de notas de negociação cujos pagamentos são realizados de acordo com entendimentos entre as partes (vencimento médio de 30 a 60 dias). Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$28.201 (R\$15.368 em 31 de dezembro de 2010).

(d) O saldo é composto por: (i) Receita de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$631 e (ii) Contrato de locação de uma área de 224,38 hectares, localizada na área do Porto do Açú, entre LLX Açú Operações Portuárias S.A., figurando como locadora, e UTE Porto do Açú Energia S.A. como locatária. O valor original do contrato é de 0,34045 por m2 por mês, a unidade monetária utilizada é o real e o prazo é de 35 anos (renováveis) da data de autorização a ser concedida à UTE ou sua controladora.

(e) Contrato de mútuo celebrado com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (8,5% a.a. conforme previsto em contrato de financiamento firmado entre MPX Energia S.A., Pecém II Geração de Energia S.A. e BNB, onde MPX figura como interveniente). Esse contrato foi liquidado em maio de 2011. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$4.945 (R\$13.002 em 31 de dezembro de 2010).

(f) O saldo é composto por: (i) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) na UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. referente a 30% de participação da Petra Energia S.A. no seu capital social, no montante de R\$41.669. Em dezembro 2011 este montante foi integralizado, passando a compor o capital social da empresa e (ii) Contrato de mútuo celebrado com a Petra Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (125% da taxa CDI-Over), nos montantes de R\$42.857 e R\$7.348. Os contratos foram liquidados em suas datas de vencimento, 15 de novembro de 2011 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente.

(g) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) na Seival Sul Mineração de Energia S.A. referentes a 30% de participação da Copelmi Mineração Ltda. no seu capital social.

(h) O saldo é composto por: (i) Contrato de mútuo celebrado com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (120% da taxa CDI-Over) foi integralmente liquidado. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$289; (ii) Receita de compartilhamento dos custos de atividades operacionais e financeiras firmados com a MPX Energia S.A. com cobranças mensais através de notas de negociação cujos pagamentos são realizados de acordo com entendimentos entre as partes (vencimento médio de 30 a 60 dias). Em 31 de dezembro de 2011 o efeito em resultado era de R\$408. (iii) Despesas de ressarcimento de perdas financeiras decorrentes das operações de compra e venda de energia, no total de R\$7.974.

(i) O saldo é composto por: (i) Contrato de mútuo celebrado com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (120% da taxa CDI-Over) e cujo vencimento ocorreu em 29 de abril de 2011 quando foi integralmente liquidado. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$377; (ii) Receita de ressarcimento de custos relativos a estudos de viabilidade. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$2774; (iii) Contrato de mútuo celebrado com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (125% da taxa CDI-Over) e com vencimento em 30 de dezembro de 2011, tendo sido liquidado, o efeito no resultado é de R\$6.471.

(j) O saldo é composto por: (i) contrato de mútuo celebrado com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (125% da taxa DI-Over) esse contrato foi liquidado em dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$2.849; (ii) Receita de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado é de R\$1.399.

(k) A Companhia reclassificou os adiantamentos para futuro aumento de capital (AFACs) em suas controladas, os quais são irrevogáveis e irretiráveis, não sendo, entretanto, definido valor fixo de quantidade de ações/quotas para aumento de capital, não atendendo assim aos requerimentos do CPC 38, do grupo de investimentos para o ativo não circulante. Os seguintes AFACs estão em aberto em 31 de dezembro de 2011, com as empresas indicadas:

Controladas	31/12/2011	31/12/2010
Porto do Açú Energia S.A.	10.360	5.030
Seival Sul Mineração Ltda.	-	475
MPX Sul Energia Ltda.	3.310	-
MPX Solar Empreendimentos Ltda.	250	4.595
Comercializadora de Combustíveis Ltda.	-	170
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A.	<u>148.8</u>	

(n) Em 13 de abril de 2011, a MPX Colômbia S.A. celebrou contrato relativo a empréstimo em moeda estrangeira com o Banco HSBC, tendo como avalista a controladora. O empréstimo foi captado em dólar norte-americano no montante de US\$35 milhões (equivalente a R\$67.004 em 31 de dezembro de 2011), sobre o qual incidem juros de *Libor* + 2% a.a.. Os juros serão pagos trimestralmente e o principal ao término do contrato em 13 de abril de 2012.

(o) Em 14 de junho de 2011, a MPX Colômbia S.A. celebrou contrato relativo a empréstimo em moeda estrangeira com o Banco de Bogotá. O empréstimo foi captado em dólar norte-americano no montante de US\$25 milhões (equivalente a R\$46.895 em 31 de dezembro de 2011), sobre o qual incidem juros de *Libor* + 2% a.a.. Principal e juros serão pagos ao término do contrato em 13 de junho de 2012.

(p) Em 13 de abril de 2011, a MPX Chile Holding Ltda. celebrou contrato de empréstimo em moeda estrangeira com o Banco Credit Suisse, tendo como avalista a controladora. O empréstimo foi captado em dólar norte-americano no montante de US\$15 milhões (equivalente a R\$28.137 em 31 de dezembro de 2011), sobre o qual incidem juros anuais fixos de 8,13%. Principal e juros serão pagos semestralmente, com carência para pagamento do principal até 15 de abril de 2013 e o término do contrato será em 15 de abril de 2015.

(q) Em 29 de junho de 2011, a MPX Chile Holding Ltda. celebrou contrato de empréstimo em moeda estrangeira com o Banco Credit Suisse, tendo como avalista a controladora. O empréstimo foi captado em dólar norte-americano no montante de US\$10 milhões (equivalente a R\$18.758 em 31 de dezembro de 2011), sobre o qual incidem juros anuais fixos de 8%. Principal e juros serão pagos semestralmente, com carência para pagamento do principal até 15 de abril de 2013 e o término do contrato em 15 de abril de 2015.

(r) Em 17 de agosto de 2011, a MPX Colômbia S.A. celebrou contrato relativo a empréstimo em moeda estrangeira com o Banco de Bogotá. O empréstimo foi captado em dólar norte-americano no montante de US\$25 milhões (equivalente a R\$46.895 em 31 de dezembro de 2011). Este empréstimo foi repactuado em 19 de dezembro de 2011 com novo vencimento para 19 de dezembro de 2012, juros de *Libor* + 3,5% a.a. e mantendo o pagamento de principal e juros ao término do contrato. Os juros devidos até a data da repactuação foram totalmente pagos.

(s) Em 20 de dezembro de 2011, a MPX Colômbia S.A. celebrou contrato relativo a empréstimo em moeda estrangeira com o Banco HSBC, tendo como avalista a controladora. O empréstimo foi captado em dólar norte-americano no montante de US\$15 milhões (equivalente a R\$28.137 em 31 de dezembro de 2011), sobre o qual incidem juros de *Libor* + 3,5% a.a.. Principal e juros serão pagos ao término do contrato em 18 de junho de 2012. Esta nova linha foi utilizada para quitar a anterior de mesmo valor em 21 de dezembro de 2011.

(t) Em 27 de dezembro de 2011, a UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. captou R\$ 75 milhões em um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) com o BRADESCO, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo, que é para o financiamento da implantação das usinas termelétricas Maranhão IV e V, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento em 26 de junho de 2013 com principal e juros pagos no final.

(u) Em 27 de dezembro de 2011, a UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. captou R\$125 milhões em um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) com o Banco Itaú BBA, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo, que é para o financiamento da implantação das usinas termelétricas Maranhão IV e V, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento em 26 de junho de 2013 com principal e juros pagos no final.

(v) A UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. recebeu em 28 de dezembro de 2011 a liberação de R\$242,7 milhões, referente ao do subcrédito C do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, que corresponde ao total previsto neste subcrédito (em R\$ nominais, excluindo juros durante a capitalização). Para este subcrédito os juros serão capitalizados trimestralmente e pagos junto ao principal em 17 de setembro de 2012. O custo anual contratado é de TJLP + 2,8%.

(w) A UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. recebeu em 28 de dezembro de 2011 a liberação de R\$157,3 milhões, referentes aos subcréditos A e B do mesmo contrato de empréstimo ponte com o BNDES mencionado no item anterior. Principal e juros serão pagos ao final do contrato em 15 de março de 2013. O custo anual contratado é de IPCA + Taxa referência BNDES + 2,8%.

#### Covenants financeiros

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas investidas pelos credores envolvidos em contratos financeiros, alguns contratos incluem cláusulas específicas de *covenants* financeiros.

Os contratos de financiamento relativos aos projetos Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A., MPX Pecém II Geração de Energia S.A. e UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. contêm especificações de índices (índice de cobertura do serviço da dívida) mínimos que visam medir a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2011 todos os *covenants* financeiros previstos nos contratos foram atendidos.

#### Covenants não financeiros

Alguns contratos de financiamento possuem também cláusulas com *covenants* não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais em 31 de dezembro de 2011, foram todas atendidas.

- Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- Direito dos credores de proceder a inspeções e visitas das suas instalações;
- Obrigação de manter-se em dia em relação a obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias e alteração material no objeto social e atos constitutivos dos devedores; e
- Limites de endividamento e contratação de novas dívidas.

As parcelas dos empréstimos e financiamentos classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2011 têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Consolidado
2013	552.994
2014	242.027
2015 em diante	2.516.042
	3.311.063

#### 19. DEBÊNTURES

Em 15 de junho de 2011 a MPX Energia S.A. emitiu 21.735.744 debêntures, no valor unitário de R\$63,00, totalizando R\$1,376 bilhão. Em 31 de dezembro de 2011, 100% das debêntures estavam subscritas. Estas debêntures são escriturais, nominativas e conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, sendo assim caracterizado um contrato híbrido (combinado). O prazo de vencimento será de 3 anos finalizando em 15 de junho de 2014, sendo atualizadas pelo IPCA mais uma taxa de remuneração de 4% ao ano. A remuneração será exigida anualmente a partir de 15 de junho de 2012.

Como componentes do contrato híbrido, existem dois derivativos embutidos, além de que um contrato principal não-derivativo. Os derivativos contidos em contrato são baseados em opções. Desta forma, a Administração optou por separar os instrumentos financeiros derivativos de seu contrato principal de acordo com os termos expressos na característica de cada opção. O contrato principal não-derivativo é mantido na categoria de Empréstimos e recebíveis, cuja mensuração subsequente se dará ao custo amortizado. A quantia escriturada inicial do instrumento principal é a quantia residual depois de separar cada derivativo embutido.

Os instrumentos financeiros derivativos segregados são:

**a.** Opção de compra *plain vanilla* ("CALL") em que cada debênture poderá ser convertida, de maneira isolada e a livre critério de seu titular, e a qualquer momento, pelos debenturistas até a data de vencimento das debêntures, por meio de uma solicitação de conversão enviada à emissora, por uma quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia resultante da divisão entre seu valor nominal atualizado, na data de conversão das debêntures, e o preço fixo de R\$43,00 ("preço de exercício da opção de compra") por ação.

**b.** Opção de venda com barreira ("PUT") em que a condição para conversão, a critério da emissora, ocorrerá quando o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia, calculado com base no preço médio ponderado pelo volume das referidas ações ordinárias nos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data de tal verificação, alcançar valor igual ou superior a 140% do preço de conversão ("preço de barreira").

O valor justo das opções foram determinados a partir de modelos de apreçamento de opções. Para a opção de compra *plain vanilla* ("CALL") a determinação do valor justo foi extraída a partir de uma adaptação do modelo de precificação de opções Black and Scholes com pagamento de dividendos. Para a opção de venda com barreira ("PUT *Knock-in-and-up*") a determinação do valor justo foi extraída a partir de um modelo de apreçamento de opções flexíveis ("com barreira").

O valor justo de instrumento financeiro no reconhecimento inicial, em 15 de junho de 2011, é o preço da transação e para 31 de dezembro de 2011, foi reconhecido o valor justo dos derivativos mencionados acima gerando uma perda de R\$62.003, refletindo a variação no resultado do exercício.

Não foram identificadas situações de descumprimento de cláusulas de *covenants* financeiros e não financeiros até 31 de dezembro de 2011.

#### 20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	2.422	31
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	-	-	2.293	19
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	38	-	1.605	249
ICMS	-	20	145	184
PIS, COFINS, IRRF e CSL	33	6	618	532
Imposto sobre operações Financeiras - IOF	-	49	-	49
IVA (Chile / Áustria)	-	-	8.884	-
Outros	29	260	2.294	4.092
<b>Circulante</b>	<b>100</b>	<b>335</b>	<b>18.261</b>	<b>5.156</b>

Em 31 de dezembro de 2011, os tributos calculados sobre o lucro líquido ajustado compreenderam o IRPJ (aliquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (aliquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2011	31/12/2011
<b>Exercício de 2011</b>		
Prejuízo do exercício antes do IRPJ/CSLL	(477.825)	(539.470)
<b>Alíquota nominal</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	162.461	183.419
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:		
Resultado de equivalência patrimonial	(74.276)	-
Provisão para passivo a descoberto	(9.442)	-
Doações não dedutíveis	(280)	(278)
Provisão para liquidação de hedge	8.072	8.072
Ajuste - Opções de ações outorgadas	(17.263)	(17.263)
Ajuste RTT - IR Diferido	-	(1.820)
Outros	-	(4.826)
Resultado empresas exterior (Áustria e Chile)	-	(29.697)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>-</b>	<b>4.866</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>69.272</b>	<b>142.473</b>
<b>Total do efeito do imposto no resultado</b>	<b>69.272</b>	<b>137.607</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>(14,50%)</b>	<b>(25,51%)</b>

	Controladora	Consolidado
	31/12/2010	31/12/2010
<b>Exercício de 2010</b>		
Prejuízo do exercício antes do IRPJ/CSLL	263.275	(313.637)
<b>Alíquota nominal</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	89.514	106.637
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:		
Provisão mutuo c/ Termopantanal Ltda.	(2.534)	(2.534)
Resultado de equivalência patrimonial	(57.839)	-
Provisão para passivo a descoberto	2.222	-
Doações	(173)	(173)
Provisão para liquidação de hedge	972	972
Imposto diferido MPX 2009 contabilizado em 2010	(3.098)	(3.097)
Ajuste RTT - IR diferido	(22.039)	(29.055)
Outros	-	(14.835)
Provisão para ajuste diferido	-	421
Doações Pecém I, Pecém II e Itaquí	-	(313)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>-</b>	<b>(280)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>7.025</b>	<b>58.303</b>
<b>Total do efeito do imposto no resultado</b>	<b>7.025</b>	<b>58.023</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>(2,67%)</b>	<b>(18,50%)</b>

Em 31 de dezembro de 2011, a base de cálculo para apuração do imposto de renda e contribuição social a recolher foi deduzida das despesas pré-operacionais conforme Solução de Divergência nº 32 de 21 de julho de 2008 da Receita Federal, gerando base negativa, consequentemente as controladas não constituem provisão para estes tributos.

#### 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de gerenciamento de risco revisada e aprovada pelo Conselho de Administração.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia tem uma política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Os resultados obtidos com estas operações e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios aos objetivos propostos.

O Grupo MPX, através de sua controladora MPX Energia S.A. e suas controladas, Porto do Pecém Geração de Energia S.A., UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A., MPX Pecém II Geração de Energia S.A. e MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda., se utilizou no ano de 2011 de instrumentos financeiros derivativos para se proteger dos riscos relativos às flutuações de preços de moedas estrangeiras, taxa de juros (*Libor*) e *commodities* (carvão). Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Companhia e suas controladas. O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados e não derivativos da Companhia e suas controladas:

Instrumentos financeiros	Controladora					
	31/12/2011			31/12/2010		
	Valor justo	Custo amort.	Total	Valor justo	Custo amort.	Total
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	960.258	-	960.258	195.612	-	195.612
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	4.909	-	4.909
Ganhos em operações com derivativos	19.289	-	19.289	50.180	-	50.180
Depósito vinculado	-	56.727	56.727	-	365.508	365.508
Mútuo com controladas	-	24.173	24.173	-	267.437	267.437
Contas a receber com outras pessoas ligadas	-	2.796	2.796	-	-	-
Contas a receber com controladas	-	5.710	5.710	-	-	-
AFAC- com controladas	-	162.757	162.757	-	10.270	10.270
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	-	1.298	1.298	-	3.471	3.471
Empréstimos e financiamentos	-	106.286	106.286	-	251.078	251.078
Debêntures	-	1.433.615	1.433.615	-	-	-
Derivativos embutidos	62.003	-	62.003	-	-	-
Débitos com controladas	-	724	724	-	337	337
Débitos com outras partes relacionadas	-	3.213	3.213	-	381	381
Perdas em operações com derivativos	-	-	-	54.634	-	54.634

Instrumentos financeiros	Consolidado					
	31/12/2011			31/12/2010		
	Valor justo	Custo amort.	Total	Valor justo	Custo amort.	Total
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	1.442.415	-	1.442.415	304.467	-	304.467
Títulos e valores mobiliários	9.437	-	9.437	175.091	-	175.091
Contas a receber	-	21.898	21.898	-	9.846	9.846
Ganhos em operações com derivativos	753.809	-	753.809	1.369.047	-	1.369.047
Subsídio a receber CCC	-	29.445	29.445	-	28.807	28.807
Depósitos vinculados	-	124.315	124.315	-	374.678	374.678
Contas a receber com outras pessoas ligadas	-	8.436	8.436	-	3.263	3.263
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	-	186.680	186.680	-	119.486	119.486
Empréstimos e financiamentos em R\$	-	3.768.700	3.768.700	-	2.303.267	2.303.267
Empréstimos e financiamentos em US\$	-	573.052	573.052	-	286.713	286.713
Debêntures	-	1.433.615	1.433.615	-	-	-
Derivativos embutidos	62.003	-	62.003	-	-	-
Débitos com outras partes relacionadas	-	4.037	4.037	-	1.920	1.920
Perdas em operações com derivativos	977.951	-	977.951	1.558.259	-	1.558.259
Retenções contratuais	-	180.497	180.497	-	183.598	183.598

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos valores de mercado, exceto para empréstimos e financiamentos e debêntures, cujos valores justos, em 31 de dezembro de 2011 são de R\$4.354.454 (R\$ 7.549.677 em 31 de dezembro de 2010) e R\$ 1.388.290, respectivamente.

#### Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

Tendo em vista que as receitas serão lastreadas em reais e grande parte dos investimentos em ativo fixo (*Capex*) são denominados em dólares norte-americanos e em euros, uma parcela dos investimentos em moeda estrangeira será financiada em dólares norte-americanos e com juros internacionais (*Libor*). Além disso, a matéria prima para as térmicas (carvão - combustível) tem a formação do seu preço no mercado internacional, em dólares norte-americanos. Referida política permite que se avalie o nível de exposição dos ativos acima citados e se contrate as proteções necessárias, compensando-se possíveis descasamentos entre receitas e despesas.

Diante do exposto, a Companhia e suas controladas detiveram ao longo do ano findo em 31 de dezembro de 2011, operações de proteção com instrumentos do tipo NDF (*Non Deliverable Forwards*), que consiste na negociação a termo sem entrega física de moeda para amenizar o impacto dos descasamentos cambiais e de Swap FRA *Libor* (*Forward Rate Agreement*), que consiste em fixar uma taxa de juros a termo para empréstimos de longo prazo. Cabe ressaltar que a política de *hedge* da MPX Energia S.A. e de suas controladas não permite qualquer espécie de alavancagem com intuito especulativo. Os volumes de proteção contratada respeitam igualmente o seu nível de exposição, sempre observando as melhores práticas de governança do mercado. As operações existentes de derivativos utilizadas pela Companhia e suas controladas não exigem depósito de margem de garantia.

Em março de 2010, a Companhia através de sua controlada MPX Pecém II tomou a decisão, diante de revisão feita nos gastos com *Capex* em moedas estrangeiras (dólar americano e euros), de adequar a sua exposição cambial para não apresentar posição estrutural *overbought* em dólares. Desta forma o Projeto Pecém II vendeu o equivalente a US\$44,8 milhões e comprou um total de EUR37,8 milhões. O período de recompras de dólares correspondeu aos meses de junho de 2010 a novembro de 2012. O ajuste no fluxo de euros compreendeu o período de junho de 2010 a maio de 2012.

Como parte da política adotada pela MPX Energia S.A. e por suas controladas é calculado diariamente o valor de mercado (*MtM - mark to market*) das posições em aberto, bem como a perda máxima potencial (*VaR - value at risk*) da carteira de instrumentos financeiros derivativos, com base em técnicas estatísticas que permitem o controle da exposição assumida.

Quadro 1 - Instrumentos financeiros derivativos: compra de Dólares Norte-Americanos.

	Consolidado					
	31/12/2011			31/12/2010		
	Valor de referência	MTM ativo	MTM passivo	MTM líquido	Valor de referência	MTM líquido
<b>MPX Energia</b>						
Posição comprada USD/BRL						
175	92.072	12.012	-	12.012	-	-
<b>Banco Goldman Sachs</b>						
152	48.640	7.277	-	7.277	-	-
<b>Total NDF USD/BRL</b>	<b>140.715</b>	<b>19.289</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Porto do Itaquí</b>						
Posição comprada USD/BRL						
-	-	-	-	-	5.311	(3.118)
<b>Total NDF USD/BRL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.311</b>	<b>(3.118)</b>
<b>MPX PECÉM II</b>						
Posição compr						

Quadro 3 - Instrumentos financeiros derivativos: troca de taxa de juros (*swap libor* versus prefixada)

	Consolidado					
	31/12/2011			31/12/2010		
Prazo médio (dias úteis)	Valor de referência (USD mil)	MTM ativo (R\$ mil)	MTM passivo (R\$ mil)	MTM líquido (R\$ mil)	Valor de referência (USD mil)	MTM líquido (R\$ mil)
<b>Porto do Itaqui</b>						
Swap Libor x prefixada						
Citibank	2.228	228.652	428.276	(529.882)	(101.606)	228.652
<b>Total Swap</b>		228.652	428.276	(529.882)	(101.606)	228.652
<b>Porto do Pecém</b>						
Swap Libor x prefixada						
Citibank	2.228	163.500	306.244	(378.592)	(72.348)	489.577
<b>Total Swap</b>		163.500	306.244	(378.592)	(72.348)	489.577
<b>Total consolidado</b>		<b>392.152</b>	<b>734.520</b>	<b>(908.474)</b>	<b>(173.954)</b>	<b>718.229</b>

As operações são devidamente registradas na CETIP S/A e BM&FBOVESPA.

Ressaltamos que certas operações com derivativos negociadas não são registradas na CETIP. Tais operações são negociadas na plataforma de ISDA (*International Swaps Derivatives Associations*) e classificadas como operações Offshore. Os derivativos *offshore* são operações bilaterais negociadas no mercado de balcão entre os bancos sediados nos USA e a Companhia, e suas liquidações ocorrem no Brasil via fechamento de câmbio, não cabendo, portanto, registro na CETIP. Adicionalmente, a opção pela realização das operações *Offshore* deveu-se à maior liquidez na negociação do ativo objeto de proteção no mercado internacional.

Para os instrumentos financeiros derivativos vigentes não existe qualquer relação com Opções Cambiais e tampouco a exigência de margem de garantia prevista nas mesmas.

#### Contabilidade de hedge (*hedge accounting*)

A Energia Pecém possui investimento em Capex (construção da UTE) que será realizado na proporção de 75% com financiamento de longo prazo, parte em dólares norte-americanos, e 25% com capital próprio. Em 10 de julho de 2009, foram assinados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID") e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") os contratos de financiamentos de longo prazo, conforme Nota Explicativa 18. Com vista ao financiamento do Capex no período anterior a 10 de julho de 2009, fez-se necessária a contratação de empréstimo-ponte junto ao Citibank, o qual foi quitado com os recursos provenientes de referidos contratos.

Considerando o fato de que grande parte do investimento é denominada em dólares norte-americanos e em euros e que suas receitas futuras serão lastreadas em reais, houve a contratação de instrumentos derivativos para fins de proteção patrimonial. Em 1º de abril de 2009, a Companhia adotou metodologia de *hedge* tendo como item objeto de *hedge* a variação cambial dos financiamentos em dólares norte-americanos de longo prazo com o BID. O instrumento derivativo designado para essa relação é uma NDF com vencimento em outubro de 2012 com valor nominal de US\$327 milhões.

R\$ Mil	Porto do Pecém Geração de Energia S.A. 2011					
	Valor justo	Fluxo de caixa esperado	2 meses ou menos	2 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Contratos de câmbio a termo						
Passivos	574.850	574.850	-	16.619	69.056	127.158
						362.017
R\$ Mil	Porto do Pecém Geração de Energia S.A. 2010					
	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	2 meses ou menos	2 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Contratos de câmbio a termo						
Passivos	489.860	489.860	-	-	41.746	100.053
						348.061

Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação cambial do instrumento derivativo de proteção designado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, em conta de ajuste de avaliação patrimonial, sendo esta parcela do derivativo considerada efetiva. A diferença entre o valor justo e a variação cambial é a parcela inefetiva e por consequência é reconhecida no resultado.

Em 30 de outubro de 2009, houve a liquidação do empréstimo-ponte. Nesta mesma data ocorreu a liberação de US\$260 milhões referentes à primeira parcela do financiamento de longo prazo do BID, e calculou-se o Ajuste a Valor Presente (AVP) com base nos US\$67 milhões ainda não desembolsados pelo Banco (antes desta liberação, o AVP foi calculado com base nos US\$169 milhões de exposição referentes à diferença entre o derivativo contratado de US\$327 milhões e o empréstimo-ponte de US\$158 milhões). Em 31 de agosto de 2010 houve liberação de US\$50 milhões referente à segunda parcela. Em 2 de fevereiro de 2011 houve liberação de US\$9 milhões, passando assim a calcular o AVP com base nos US\$ 8 milhões restantes, ainda não desembolsados pelo Banco.

Características do objeto coberto por este instrumento financeiro, para fins de aplicação de *hedge accounting*:

- O projeto está sendo desenvolvido, com previsão de conclusão para 2011;
- O item coberto é associado com o referido investimento (tornados públicos pela empresa);
- O investimento tem um material relevante para o Brasil; e
- Na data do início, um montante de US\$158 milhões já foi contratado e atualmente se atingiu US\$319 milhões (98% do total do item coberto).

Os impactos dos ganhos e perdas desta transação de *hedge accounting* no exercício foram os seguintes:

	2011		2010	
	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido
Derivativos com propósito de proteção				
Ganho com derivativos	(4.102)	2.707	4.393	2.900

Posteriormente, em 1 de janeiro de 2010, a Companhia adotou metodologia de *hedge accounting* tendo como item objeto de *hedge* a taxa libor dos juros do financiamento em dólares norte-americanos de longo prazo com o BID (o mesmo instrumento derivativo supra-citado para o *hedge accounting* anterior) durante a construção da termoeletrica de Pecém. O instrumento derivativo designado para essa relação é um *swap* de fluxo de caixa de taxa de juros com vencimento nos meses de maio e novembro de 2010 e 2011, cujos valores nominais referem-se à expectativa de desembolso acumulado das 4 *tranches* dos financiamentos de longo prazo com o BID.

Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MTM (*mark-to-market*), líquido dos juros provisionados até a data-base, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial e os juros provisionados no derivativo são capitalizados no ativo imobilizado, no mesmo grupamento em que são registrados os juros da dívida de longo prazo, sendo estas as parcelas do valor justo do derivativo consideradas efetivas. A diferença entre o valor justo e a taxa *libor* é a parcela inefetiva e por consequência é reconhecida no resultado.

Os impactos dos ganhos e perdas nesta transação de *hedge accounting* no exercício foram os seguintes:

	2011			Ativo imobilizado
	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado	
<b>Derivativos com propósito de proteção</b>				
Ganhos (perdas) com derivativos	4.057	279	(4.480)	
	2010			Ativo imobilizado
	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado	
Ganhos (perdas) com derivativos	4.069	(423)	(3.646)	

Em 1º de abril de 2011, a Companhia adotou metodologia de *hedge accounting* tendo como item objeto de *hedge* a taxa *libor* dos juros do financiamento em dólares norte-americanos de longo prazo com o BID. O instrumento derivativo designado para essa relação é um termo *float/fixed* do fluxo de caixa da taxa de juros com vencimento entre outubro/2012 e outubro/2024, cujos valores nominal referem-se à expectativa de desembolso acumulado dos juros de longo prazo com o BID.

Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MTM (*mark-to-market*), líquido dos juros provisionados até a data-base, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial. A diferença entre o valor justo e a taxa *libor* é a parcela inefetiva e por consequência é reconhecida no resultado.

	2011	
	Resultado	Patrimônio líquido
<b>Derivativos com propósito de proteção</b>		
Ganho com derivativos	71.758	(47.360)

#### Gerenciamento de riscos

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos:

##### (i) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia e suas controladas adotam ainda como prática a análise de *rating* das instituições financeiras participantes do sistema bancário brasileiro, por intermédio de relatórios de crédito disponibilizados pelo "Sistema de Classificação de Risco Bancário" - *Risk Bank*, que tem por objetivo classificar e acompanhar sistematicamente o risco e o desempenho de cada banco. Visando gerenciar o risco em níveis adequados, a Companhia e suas controladas adotam uma política corporativa de alocação criteriosa de seu caixa em instituições financeiras de primeira linha, respeitando-se limites percentuais de aplicação por instituição e limites percentuais em relação ao patrimônio líquido destas instituições, adotando inclusive uma postura mais defensiva do que aquela sugerida pelo *Risk Bank*.

##### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e equivalente de caixa	1.442.415	304.467
Títulos e valores mobiliários	9.437	175.091
Contas a receber de clientes	21.898	9.846
Ganhos em operações com derivativos	753.809	1.369.047
Subsídio a receber - CCC	29.445	28.807
Depósito vinculado	124.315	374.678
	<b>2.381.319</b>	<b>2.261.936</b>

#### Quadro de classificação de risco "Índice Riskbank"

Banco	Índice RISKbank®	Classif. Risco	Porte	Rank Geral dez/11	Rank Geral dez/10
BTG Pactual	11,42	Baixo Risco Para Médio Prazo	Grande	8	15
Citibank	10,49	Baixo Risco Para Longo Prazo	Grande	35	49
HSBC Bank Brasil	10,33	Baixo Risco Para Longo Prazo	Grande	42	53
Itaú	11,92	Baixo Risco Para Longo Prazo	Grande	1	1
Bradesco	11,61	Baixo Risco Para Longo Prazo	Grande	4	3
Votorantim	10,43	Baixo Risco Para Longo Prazo	Grande	39	24
Santander	10,18	Baixo Risco Para Longo Prazo	Grande	50	71
Banco do Nordeste	10,85	Risco Federal	Médio	19	20
Caixa Econômica	10,23	Risco Federal	Grande	48	47
Banco do Brasil	10,34	Risco Federal	Grande	41	29

(1) O RISKbank® é uma associação de técnicas de análise de balanço estatísticas com o conhecimento do funcionamento e das características operacionais das instituições financeiras.

(2) Dados apresentados com defasagem de três meses.

##### (ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas possam encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação e a do grupo. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2011, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros, sendo o montante de caixa disponível suficiente para cobrir essas obrigações, se apresentam conforme quadro abaixo:

	Consolidado - 31/12/2011					
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	186.680	-	-	-	-	186.680
Partes relacionadas	-	3.697	340	-	-	4.037
Empréstimos e financiamentos	331.460	540.291	857.810	1.497.939	3.702.326	6.929.526
Debêntures	-	54.943	62.652	1.708.911	-	1.826.506
Retenção contratual	-	180.497	-	-	-	180.497
Instrumentos financeiros derivativos (*)	461	115.672	92.961	272.528	496.329	977.951

	Consolidado - 31/12/2010					
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	119.486	-	-	-	-	119.486
Partes relacionadas	649	-	1.271	-	-	1.920
Empréstimos e financiamentos	285.408	61.284	233.363	1.491.614	4.328.846	6.400.515
Retenção contratual	-	183.958	-	-	-	183.958
Instrumentos financeiros derivativos (*)	186.601	579.916	64.270	-	727.472	1.558.259

(\*) Cabe ressaltar que a Companhia possui, em contrapartida ao passivo acima mencionado, instrumentos derivativos ativos no montante de R\$ 753.809 com vencimentos classificados no período de até 12 meses.

##### (iii) Risco de mercado

#### Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

#### Análise de sensibilidade para instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas elaboraram cenários de sensibilidade com o objetivo de aplicar um teste de *stress* em cada fator de risco que compõe o instrumento de derivativo utilizado e quantificar os efeitos das variações de cada fator de risco no MtM das operações.

No contexto dos fatores de risco representados por taxas de juros, o que é considerado relevante para a Administração da Companhia e de suas controladas é aquele representado pela indexação do *swap* de taxa flutuante (*Libor*) contra prefixada, na empresa UTE Porto de Itaqui.

#### Descrição dos cenários

Para as operações de *swap* de *Libor* foi aplicado à curva da *Libor* um deslocamento paralelo para baixo; a queda da estrutura a termo da taxa *Libor* gera perda nessa operação, visto que a empresa recebe a diferença entre a taxa flutuante e uma taxa fixa.

- Cenário I: 25% para baixo (inclinação negativa); e
- Cenário II: 50% para baixo (inclinação negativa).

	Análise de Sensibilidade - Taxa de Juros: Libor - 31/12/2011					
	Prz Med (dc 365)	Valor Ref (USD mil)	MtM Ativo (R\$ mil)	MtM Passivo (R\$ mil)	MtM Líquido (R\$ mil)	MTM Cenário I (R\$ mil)
<b>Porto do Itaqui</b>						
Swap Libor x Pre	2.228	228.652	428.276	529.882	(101.606)	-25%
<b>Total geral</b>			428.276	529.882	(101.606)	(113.231)
						-50%
						(124.235)

#### Análise de sensibilidade para empréstimos e financiamentos em Reais

#### Descrição dos Cenários para Empréstimos e Financiamentos:

Os fatores de risco considerados relevantes para a Administração da empresa são:

- TJLP - BNDES;
- IPCA - IBGE; e
- DI CETIP ("CDI").

Os cenários definidos nesta análise foram:

- Cenário I: considerando um choque positivo de 25% nas taxas a partir do cenário atual; e
- Cenário II: considerando um choque positivo de 50% nas taxas a partir do cenário atual.

Para a TJLP foram aplicados os seguintes percentuais:

#### TJLP Base (31/12/2011): 6,0%

- Cenário I: + 25% = 7,5%; e
- Cenário II: + 50% = 9,0%.

	Análises de Sensibilidade			
	Valor Principal + Juros (URTJLP)	Valor Principal + Juros (BRL 000)	Cenário I Valor Justo (BRL 000) 25% para cima	Cenário II Valor Justo (BRL 000) 50% para cima
<b>1.97408</b>				
<b>TJLP</b>	<b>Vencimento</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>2.0020</b>
BNDES (Direto)	15/06/2026	441.852	872.252	884.595
BNDES (Indireto)	15/06/2026	87.669	173.066	175.515
<b>Itaqui:</b>		<b>529.522</b>	<b>1.045.318</b>	<b>1.060.110</b>
BNDES (Direto)	15/06/2026	374.127	738.556	749.007
<b>Pecém I:</b>		<b>374.127</b>	<b>738.556</b>	<b>749.007</b>
BNDES (Direto)	15/06/2027	294.692	581.746	589.978
<b>Pecém II:</b>		<b>294.692</b>	<b>581.746</b>	<b>589.978</b>
BNDES (Direto)	17/09/2012	123.074	242.957	246.395
<b>Parnaíba:</b>		<b>123.074</b>	<b>242.957</b>	<b>246.395</b>
<b>TOTAL</b>		<b>1.321.414</b>	<b>2.608.577</b>	<b>2.645.491</b>

Para o IPCA foram aplicados os seguintes percentuais:

#### IPCA Base (31/12/2011): 0,52% a.m.

- Cenário I: + 25% = 0,65%; e
- Cenário II: + 50% = 0,78%.

	Análises de Sensibilidade			
	Valor Principal + Juros (BRL 000)	Valor Principal + Juros (BRL 000)	Cenário I Valor Justo (BRL 000) 25% para cima	Cenário II Valor Justo (BRL 000) 50% para cima
<b>0,52%</b>				
<b>IPCA</b>	<b>Vencimento</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>0,65%</b>
Investidores	16/06/2014	1.376.527	1.433.615	1.447.931
<b>MPX S/A:</b>		<b>1.376.527</b>	<b>1.433.615</b>	<b>1.447.931</b>

	Análises de Sensibilidade			
	Valor Principal + Juros (UMIPCA)	Valor Principal + Juros (BRL 000)	Cenário I Valor Justo (BRL 000) 25% para cima	Cenário III Valor Justo (BRL 000) 50% para cima
<b>UMIPCA</b>	<b>Vencimento</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>1.33236</b>
BNDES (Indireto)	15/06/2026	86.412	115.051	115.132
<b>Itaqui:</b>		<b>86.412</b>	<b>115.051</b>	<b>115.132</b>
BNDES (Direto)	15/06/2027	97.366	129.635	129.726
<b>Pecém I:</b>		<b>97.366</b>	<b>129.635</b>	<b>129.726</b>
BNDES (Direto)	15/03			

que compõe o instrumento de derivativo utilizado e quantificar os efeitos das variações de cada fator de risco no MtM das operações. São fatores de risco considerados relevantes para a Administração da MPX Energia S.A. as taxas de câmbio das moedas estrangeiras nas quais existem posições compradas.

Descrição dos cenários  
Para as taxas de câmbio: visto que todas as posições assumidas são de compra de moeda estrangeira, foram construídos cenários de baixa para as taxas de câmbio, a fim de dar a dimensão da perda diante da variação proposta pela CVM na Instrução 475.

- Cenário I: - 25%; e
- Cenário II: - 50%.

Quadro 1: Para Operações de Compra de Dólar Americano

	Análise de sensibilidade - Moedas estrangeiras - 31/12/2011						
	Prazo médio (dias úteis)	Valor de referência (USD mil)	MTM (R\$ mil)	Cenário I	MTM cenário I (R\$ mil)	Cenário II	MTM cenário II (R\$ mil)
<b>MPX Energia</b>							
Posição comprada USD/BRL USD/BRL	163	140.715	19.289	-25%	(40.066)		(96.646)
<b>MPX PECÉM II</b>							
Posição comprada USD/BRL USD/BRL	60	1.243	(285)	-25%	(657)	-50%	(1.093)
<b>Total geral</b>			<u>19.004</u>		<u>(40.723)</u>		<u>(97.739)</u>

Quadro 2: Para Operações de Compra de Euro

	Análise de sensibilidade - Moedas estrangeiras - 31/12/2011						
	Prazo médio (dias úteis)	Valor de referência (€ mil)	MTM (R\$ mil)	Cenário I	MTM cenário I (R\$ mil)	Cenário II	MTM cenário II (R\$ mil)
<b>Porto do Pecém</b>							
Posição comprada EUR/USD	14	66	(17)	-25%	(31)	-50%	(52)
Posição comprada EUR/BRL	14	26	(22)	-25%	(38)	-50%	(53)
<b>MPX Pecém II</b>							
Posição comprada EUR/USD	60	913	(136)	-25%	(267)	-50%	(492)
<b>Total geral</b>			<u>(175)</u>		<u>(336)</u>		<u>(597)</u>

Quadro 3: Para Operações de Swap de Taxa de Juros em Dólar

A exposição cambial dessa operação refere-se ao paramento de fluxos indexados ao dólar proveniente da contratação de hedge para proteção de dívida em dólar e indexada à taxa Libor na empresa Porto do Itaqui, portanto, trata-se de uma posição "vendida" em dólar americano e comprada em reais. Nesse caso, os cenários que resultam em perda para a empresa, são aqueles onde ocorre alta na moeda americana. A hedge com o mesmo propósito realizado na empresa Porto do Pecém está totalmente casado com a operação de origem (dívida); dessa forma, não há exposição cambial decorrente de operação de hedge nessa empresa.

	Análise de Sensibilidade - Moedas Estrangeiras - 31/12/2011								
	Prz Med (dc 365)	Valor Ref (USD mil)	MtM Ativo (R\$ mil)	MtM Passivo (R\$ mil)	MtM Líquido (R\$ mil)	Cen I	MTM Cen I (R\$ mil)	Cen II	MTM Cen II (R\$ mil)
<b>Porto do Itaqui</b>									
Swap Libor x Pre	2.228	228.652	428.276	529.882	(101.606)	25%	(127.007)	50%	(152.409)
<b>Total Geral</b>			<u>428.276</u>	<u>529.882</u>	<u>(101.606)</u>		<u>(127.007)</u>		<u>(152.409)</u>

Análise de sensibilidade para empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira

Descrição dos cenários:

Os fatores de risco considerados relevantes para a Administração da empresa são:

- BRL - Ptax-800 - BACEN.

Os cenários definidos nesta análise foram:

- Cenário I: considerando um choque positivo de 25% nas taxas a partir do cenário atual; e
- Cenário II: considerando um choque positivo de 50% nas taxas a partir do cenário atual.

Para moeda USD foram aplicados os seguintes percentuais:

**PTAX Base (31/12/2011): R\$1.8758**

- Cenário I: + 25% = R\$2.3448; e
- Cenário II: + 50% = R\$2.8137.

**1,8758**

	Vencimento	Análises de Sensibilidade					
		Valor Principal + Juros (US\$ 000)	Valor Principal + Juros (BRL 000)	Cenário I (BRL 000) 25% para cima	Cenário II (BRL 000) 50% para cima	Valor Justo (BRL 000)	Valor Justo (BRL 000)
<b>USD</b>							
BID	15/05/26	72.275	135.573	169.466	203.360	203.360	203.360
BID	15/05/22	88.413	165.845	207.306	248.768	248.768	248.768
<b>Pecém I:</b>		<b>160.688</b>	<b>301.418</b>	<b>376.773</b>	<b>452.127</b>		
Banco Santander	05/07/12	24.841	46.596	58.245	69.894	69.894	69.894
Banco HSBC	13/04/12	35.159	65.951	82.439	98.927	98.927	98.927
Banco HSBC	18/06/12	15.020	28.174	35.218	42.261	42.261	42.261
Banco de Bogotá	13/06/12	25.378	47.604	59.505	71.406	71.406	71.406
Banco de Bogotá	19/12/12	25.036	46.962	58.703	70.443	70.443	70.443
<b>Colômbia:</b>		<b>125.433</b>	<b>235.287</b>	<b>294.109</b>	<b>352.931</b>		
Banco Credit Suisse	15/04/15	25.421	47.684	59.605	71.526	71.526	71.526
<b>Chile:</b>		<b>25.421</b>	<b>47.684</b>	<b>59.605</b>	<b>71.526</b>		
<b>TOTAL US\$</b>		<b>311.541</b>	<b>584.389</b>	<b>730.486</b>	<b>876.584</b>		

(v) Risco de oscilação de preços de commodities

Decorre da possibilidade de oscilações nos preços internacionais para o carvão utilizados pela Companhia e suas controladas para a aquisição de matéria prima (combustível das térmicas a carvão). A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. Em setembro de 2011, a MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda. encerrou a sua posição em aberto na compra a termo de carvão em virtude de negociações efetivadas para aquisição física.

(vi) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da composição entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações com o intuito de hedge para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

Value at Risk (VaR) das operações

Empresa	Tipo de operação	VaR (mil R\$)
MPX Energia	NDF US\$/BRL	3.166
MPX Pecém II	NDF US\$/BRL	25
MPX Pecém II	NDF Euro/US\$	18
Porto do Pecém	NDF US\$/BRL	8.358
Porto do Pecém	NDF Euro/US\$	4
Porto do Pecém	NDF Euro/BRL	1
Porto do Pecém	FRA Libor	3.817
UTE Porto de Itaqui	FRA Libor	1.252

O conceito VaR Paramétrico (perda máxima potencializada) pode ser entendido da seguinte forma: cálculo de perda potencial ao longo de determinado intervalo de tempo, sob condições de mercado e dentro de determinado nível de confiança. O VaR é uma medida estatística concisa que foi desenvolvida através das estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. A distribuição dos valores de retorno dos fatores de risco normal "Gaussiana" tem como premissa um nível de confiança de 95% e Holding Period (Intervalo de Tempo) de um dia.

A metodologia para o cálculo da volatilidade no modelo acima mencionado leva em consideração o modelo de EWMA\_Lambda. O conceito de EWMA\_Lambda (Exponentially Weighted Moving Average - Média Móvel Ponderada Exponencialmente): técnica de alisamento exponencial que visa o tratamento de dados históricos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a classificação por Nível Hierárquico apresenta-se da seguinte forma:

	Consolidado					
	31/12/2011		31/12/2010		Total	
Ativos	Valor justo	Nível	Valor justo	Nível	Valor justo	Nível
Caixa e equivalentes de caixa	1.442.415	2	1.442.415	2	304.467	2
Títulos e valores mobiliários	9.437	2	9.437	2	175.091	2
Instrumentos financeiros derivativos	753.809	2	753.809	2	1.369.047	2
<b>Passivos</b>						
Derivativos embutidos	62.003	2	62.003	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	977.951	2	977.951	1.558.259	2	1.558.259

Resaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo período.

**22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

A Companhia e suas controladas não são parte de ações judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável de perda, e consequentemente não constituíram provisão para contingências.

A Companhia e suas controladas são parte de ações judiciais cíveis e trabalhistas, no montante de R\$9.457 (R\$8.427 em 31 de dezembro de 2010), avaliado pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, para as quais a Administração julga não ser necessária a constituição de qualquer provisão. As principais causas cuja classificação é possível de perda são as seguintes:

- Ação trabalhista onde o autor pleiteia vínculo empregatício e o recebimento de percentual sobre a alienação das quotas da ex-controlada MPX Termoçarã Ltda.;
- Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal em Corumbá, Mato Grosso do Sul, em litisconsórcio com o Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, contra o IBAMA e a Termopantanal Ltda., questionando a validade da licença prévia concedida por aquele instituto à referida controlada da MPX Energia S.A..;
- Ação proposta pelo Ministério Público Federal e pelo IBAMA visando à anulação dos atos praticados no licenciamento da UTE Porto de Itaqui Geração de Energia S.A. sob a alegação de que a competência para o licenciamento seria do IBAMA.
- Ação de cobrança proposta com obrigação de fazer questionando negócio jurídico relativo a uma suposta promessa de compra e venda firmada com a UTE Porto de Itaqui Geração de Energia S.A..;
- Ação proposta pelo Ministério Público Federal na qual requer: (i) que a Semace e o IBAMA se abstenham de conceder licenças ambientais na área destinada à implantação do Distrito Industrial de Pecém até que seja realizado o licenciamento de todo o complexo; (ii) paralisação imediata das obras de instalação da UTE; (iii) o condicionamento de contratos pelo Estado do Ceará para novos empreendimentos ao prévio licenciamento ambiental do próprio complexo industrial.
- Tributação pelo IRPJ e CSLL dos pagamentos e recebimentos relativos à conta consumo de combustíveis fósseis ("CCC").
- Ação de Indenização com pedido de tutela antecipada contra a UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., em razão da suposta passagem da linha de transmissão desta no Sítio Livramento.
- Ação de Reintegração de Posse movida pela COPJ alegando ser titular de parte da área utilizada pela UTE Porto do Itaqui.

**23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social da Companhia está dividido em 136.720.840 (cento e trinta e seis milhões, setecentos e vinte mil e oitocentos e quarenta) e 136.692.680 (cento e trinta e seis milhões, seiscentos e noventa e dois mil e seiscentos e oitenta), respectivamente, em ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2011 corresponde a R\$2.042.014 (R\$2.041.918 em 31 de dezembro de 2010), composto por 136.720.840 ações ordinárias, assim distribuídas:

Acionista	31/12/2011	%	31/12/2010	%
Eike Fuhrken Batista	91.779.524	67,1	93.369.555	68,3
Centennial Asset Mining Fund LLC	6.736.280	4,9	6.736.280	5,0
Centennial Asset Brazilian Equity Fund LLC	463.300	0,3	463.300	0,3
Outros	37.741.736	27,6	36.123.545	26,4
<b>Total</b>	<b>136.720.840</b>	<b>100,0</b>	<b>136.692.680</b>	<b>100,0</b>

No dia 26 de maio 2011 foi efetuado aumento de capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 24 de março de 2011, aumentando o número de ações de 136.692.680 para 136.720.840, em decorrência do exercício das opções de subscrição de ações.

**a. Dividendos**

O artigo 32, parágrafo 3º do Estatuto Social da MPX Energia S.A. prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, diminuído da importância destinada à constituição de Reserva Legal, nos termos da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações").

A Companhia apurou prejuízo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não havendo pagamento de dividendos nesses exercícios.

**b. Reserva de capital**

Representados pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações, obedecendo ao que determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 10 - Pagamentos Baseados em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08 e ICPC 05.

**c. Ajuste de avaliação patrimonial**

• Ajustes acumulados de conversão

Representados pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações, obedecendo ao que determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 10 - Pagamentos Baseados em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08 e ICPC 05.

• Outros resultados abrangentes

Representados pelas alterações no valor justo dos instrumentos derivativos de proteção designados como hedges de fluxo de caixa. São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido em conta específica de ajuste de avaliação, conforme Nota Explicativa nº 21.

**24. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO**

**Lucro básico e diluído por ação**

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação conforme o quadro abaixo:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Ordinárias	Total	Ordinárias	Total
Numerador básico e diluído:				
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(408.553)	(408.553)	(256.250)	(256.250)
Denominador básico e diluído:				
Média ponderada de ações	136.720.840	136.720.840	136.657.480	136.657.480
<b>Prejuízo por ação (R\$) - básico e diluído</b>	<b>(2,9882)</b>	<b>(2,9882)</b>	<b>(1,8751)</b>	<b>(1,8751)</b>

Em 31 de dezembro de 2011, 35.200 opções de ações não foram incluídas no cálculo de média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido antidilutivo. Desta forma, em 31 de dezembro de 2011 não há diferenças entre o prejuízo por ação básico e diluído.

**25. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES**

As opções de ações da Companhia têm a seguinte composição:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
<b>Opção de ações outorgadas - Patrimônio Líquido</b>		
Outorgadas pela Companhia (quadro 1 e quadro 2)	10.971,	7.436
Outorgadas pelo Controlador (quadro 3)	263.654	216.415
<b>Total</b>	<b>274.625</b>	<b>223.851</b>
<b>Despesas com opção de ações outorgadas</b>		
Outorgadas pela Companhia (quadro 1 e quadro 2)	3.535	1.315
Outorgadas pelo Controlador (quadro 3)	47.239	63.506
<b>Total</b>	<b>50.774</b>	<b>64.821</b>

**a. Opção de ações outorgadas pela Companhia**

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2007, aprovou a criação do Programa de Opção de Compra de Ações ("Programa") de emissão da Companhia.

De acordo com esse Programa, cinco membros do Conselho de Administração poderão exercer opções de compra de ações da MPX Energia S.A. no total de 1.758 ações para cada um. As opções serão exercidas na proporção de 20% em cada um dos cinco primeiros aniversários da oferta pública, ocorrida em 14 de dezembro de 2007.

De forma a incentivar os empregados, gerentes, diretores, consultores ou colaboradores da Companhia ou de uma sociedade afiliada à Companhia, foi aprovado em agosto de 2011 um novo plano de opções de compra de ações a favor destes profissionais, por meio de "Instrumento Particular de Contrato de Opção de Compra de Ações", sem qualquer custo ou diluição aos acionistas minoritários.

Referidas opções representam um mecanismo de remuneração e de retenção destes profissionais, considerados pela Companhia como recursos fundamentais para o seu sucesso. As ações disponibilizadas correspondem a um total de 1.130.000 ações.

As opções de compra serão exercidas na proporção aproximada de 10% nos primeiros quatro anos e 20% nos três últimos anos, a partir do dia 14 de dezembro de cada ano dentro de um prazo de sete anos, com início em 2011. Uma vez efetuada a transferência das ações, serão conferidos os direitos e privilégios de acionista.

O número das opções não exercidas do Programa de Opção de Compra de Ações em 31 de dezembro de 2011 é de 70.360.

Data da outorga	Condições da outorga	Quadro 1 - Opções de ações outorgadas em ações pela Companhia (Plan1)		Quantidade de opções outorgadas
		Data maturação	Data vencimento	
26/11/2007	Permanecer na Companhia pelo prazo de 5 anos	12/12/2008	13/12/2009	35.200
		13/12/2009	13/12/2010	35.200
		13/12/2010	13/12/2011	35.200
		13/12/2011	13/12/2012	35.100
		13/12/2012	13/12/2013	35.100
		Total		175.800
				<b>2011</b>
		<b>Preço de exercício R\$/ação</b>	<b>Quantidade de opções</b>	
Saldo em 31 de dezembro de 2008		3,09	175.800	
Exercidas em 2009		3,14	(70.400)	
Saldo em 31 de dezembro de 2009		3,22	105.400	
Exercidas em 2010		-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2010		3,41	105.400	
Exercidas em 2011		3,52	(35.140)	
Saldo em 31 de dezembro de 2011		3,63	70.360	

	2011
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2011	33.450
Prazo médio remanescente (anos)	1,47
Valor justo das opções outorgadas em R\$	42,28
Preço médio ponderado das ações em R\$	46,50
Preço de exercício das opções em R\$	3,63
Volatilidade esperada	13,44% a 14,42%
Prazo das opções (anos)	1,47
Taxa de juros livre de risco (média)	

**Quadro 3 - Opções de ações outorgadas em ações pelo Controlador**

	MPX
Quantidade de Opções Exercíveis em 31 de dezembro de 2011	622.240
Valor de Mercado em 31 de dezembro de 2011 (R\$/ação)	46,06
Volatilidade esperada	14,42%
Taxa de Juros Livre de Risco	10,04%

I - Ação Objeto: MMX  
Preço de Exercício: R\$0,01  
Preço da Ação na Data da Outorga: R\$40,70  
Valor Justo Médio das Opções: R\$40,69  
Opções de ações outorgadas em ações

**Opções de ações outorgadas em ações**

Data da outorga	Condição da outorga	Data de maturação	Data de vencimento	Quantidade de opções outorgadas
21/7/2006	Em permanecer na Companhia até a data de cada maturação.	21/07/2007	21/07/2008	19.232
		21/07/2008	21/07/2009	19.232
		21/07/2009	21/07/2010	19.232
		21/07/2010	21/07/2011	19.232
		21/07/2011	21/07/2012	19.232
		21/07/2012	21/07/2013	19.232

Valor justo das operações outorgadas apropriadas em 31 de dezembro de 2011 (R\$ mil): R\$88.

II - Ação Objeto: LLX  
Preço de Exercício: R\$0,01  
Preço da Ação na Data da Outorga: R\$4,90  
Valor Justo Médio das Opções: R\$4,89  
Opções de ações outorgadas em ações

**Opções de ações outorgadas em ações**

Data da outorga	Condição da outorga	Data de maturação	Data de vencimento	Quantidade de opções outorgadas
19/6/2008	Em permanecer na Companhia até a data de cada maturação.	21/07/2008	21/07/2009	19.220
		21/07/2009	21/07/2010	19.220
		21/07/2010	21/07/2011	19.220
		21/07/2011	21/07/2012	19.220
		21/07/2012	21/07/2013	19.220

Valor justo das operações outorgadas apropriadas em 31 de dezembro de 2011 (R\$ mil): R\$16.

III - Ação Objeto: MPX  
Preço de Exercício: R\$0,01  
Preço da Ação na Data da Outorga: R\$47,50  
Valor Justo Médio das Opções: R\$47,49  
Opções de ações outorgadas em ações

**Opções de ações outorgadas em ações**

Data da outorga	Condição da outorga	Data de maturação	Data de vencimento	Quantidade de opções outorgadas
28/4/2008	Em permanecer na Companhia até a data de cada maturação.	13/12/2008	13/12/2009	229.956
		13/12/2009	13/12/2010	229.956
		13/12/2010	13/12/2011	229.956
		13/12/2011	13/12/2012	229.956
		13/12/2012	13/12/2013	229.956

Valor justo das operações outorgadas apropriadas em 31 de dezembro de 2011 (R\$ mil): R\$7.165.

IV - Ação Objeto: MPX  
Preço de Exercício: R\$0,01  
Preço da Ação na Data da Outorga: R\$47,50  
Valor Justo Médio das Opções: R\$47,49

**Opções de ações outorgadas em ações**

Data da outorga	Condição da outorga	Data de maturação	Data de vencimento	Quantidade de opções outorgadas
28/4/2008	Em permanecer na Companhia até a data de cada maturação.	13/12/2008	13/12/2009	673.268
		13/12/2009	13/12/2010	673.268
		13/12/2010	13/12/2011	673.268
		13/12/2011	13/12/2012	673.268
		13/12/2012	13/12/2013	673.268
		13/12/2013	13/12/2014	673.268
		13/12/2014	13/12/2015	673.268
		13/12/2015	13/12/2016	673.268
		13/12/2016	13/12/2017	673.268
		13/12/2017	13/12/2018	673.268
		13/12/2018	13/12/2019	673.268
		13/12/2019	13/12/2020	673.268
		13/12/2020	13/12/2021	673.268

Valor justo das operações outorgadas apropriadas em 31 de dezembro de 2011 (R\$ mil): R\$ 39.970.

**26. RECEITA OPERACIONAL**

A conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício é como segue:

	Consolidado	31/12/2011	31/12/2010
Receita bruta fiscal		190.389	112.881
Menos:			
Impostos sobre vendas		(22.110)	(14.426)
<b>Total da receita contábil</b>		<b>168.279</b>	<b>98.455</b>

**27. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Depreciação e amortização	(1.120)	(666)	(9.568)	(7.971)
Despesas com pessoal	(41.818)	(41.029)	(102.759)	(71.556)
Serviços de terceiros	(46.683)	(33.679)	(99.902)	(74.122)
Despesas com alugueis	(7.803)	(7.187)	(20.289)	(26.527)
Despesas com opções de ações outorgadas	(50.774)	(64.821)	(50.774)	(64.821)
Provisão perdas de investimento	(31.744)	(11.732)	(37.062)	(19.612)
Provisão passivo a descoberto	(27.771)	6.696	-	-
Outras despesas	(7.539)	(8.528)	(23.334)	(18.365)
	<b>(215.252)</b>	<b>(160.946)</b>	<b>(343.688)</b>	<b>(282.974)</b>

Classificados como:  
Custo - (29.820) (34.644)  
Despesas administrativas e gerais e opções de ações outorgadas (215.252) (160.946) (313.868) (248.330)

**28. RESULTADO FINANCEIRO**

A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>Despesas financeiras</b>				
Comissão sobre Fianças Bancárias	-	(5.794)	-	(7.332)
Despesas bancárias	(8.347)	(21)	(12.217)	(312)
IOF	-	(3.450)	-	(7.932)
Juros e multas	-	(1.853)	-	(295)
Varição monetária	(26)	(25)	(101.363)	(29.222)
Perda nas operações com derivativos	(8.635)	-	(1.490.567)	(189.881)
Juros/custo debêntures	(60.105)	-	(53.875)	-
Valor justo debêntures	(62.003)	-	(62.003)	-
Outros	(32.194)	(417)	(69.249)	(7.495)
	<b>(171.310)</b>	<b>(11.560)</b>	<b>(1.789.274)</b>	<b>(242.469)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Aplicação financeira	94.932	71.517	97.351	60.291
Varição monetária	3	20	52.237	40.023
Ganhos nas operações com derivativos	28.348	4.904	1.428.370	91.609
Outros	3.913	2.996	8.930	4.801
	<b>127.196</b>	<b>79.437</b>	<b>1.586.888</b>	<b>196.724</b>
	<b>(44.114)</b>	<b>67.877</b>	<b>(202.386)</b>	<b>(45.745)</b>

**29. COMPROMISSOS ASSUMIDOS**

Os principais compromissos assumidos junto a fornecedores de bens e serviços são os que seguem:

	Objeto do contrato	Assinatura	Vigência	Total contratado em 31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010
Licenciamento ambiental						
	Preservação ambiental	20/6/2009	15/7/2011	-	-	210
	Arrendamento terreno	8/4/2009	5/4/2023	8.575	7.700	8.575
	Transferência de quotas	1/6/2009	1/6/2034	11.930	11.480	11.480
MPX		5/8/2008	Indeterminado	-	-	1.865
	P.N.dos Lençóis Maranhenses	7/10/2008	7/10/2018	3.976	3.976	3.636
	Consultoria administrativa	22/6/2009	13/1/2012	1.050	25	150
	Consultoria Técnica	30/4/2008	29/4/2012	924	60	-
	Desenvolvimento Sustentável	2/9/2011	31/10/2011	684	34	-
	Aq.estação de monitoramento	30/9/2009	28/2/2011	-	-	149
	Consultoria Engenharia	1/5/2009	1/5/2014	-	-	478
ACÛ		13/1/2010	13/1/2045	31.140	15.278	-
	Arrendamento/Aluguel	03/03/2010	31/07/2012	6.114	124	-
	Monitoramento de qualidade do ar	Diversos	Indeterminado	2.730	291	-
	Vigilância Armada	30/10/2008	Indeterminado	767	90	-
SUL						
	Equipamentos e serviços	27/11/2009	1/5/2014	-	-	13
	Licenciamento ambiental	8/6/2011	30/6/2012	8.725	1.151	-
	Consultoria Técnica	Diversos	Indeterminado	1.884	157	-
	Assessoria Jurídica	04/05/2011	31/01/2012	777	99	-
	Sistema de Captação	09/06/2011	31/04/2012	681	140	-
	Construção UTE-EPC (*)	19/11/2008	19/11/2011	1.071.397	73.881	243.276
	Compensação ambiental (**)	5/9/2008	31/12/2011	4.571	1.002	3.211
	Engenharia do proprietário (*)	20/12/2007	20/2/2013	3.392	203	798
	Engenharia do proprietário (*)	20/12/2007	20/2/2013	7.944	1.855	3.219
	Serviços	Diversos	Diversos	70.213	44.165	11.065
	Locação Operacional	Diversos	Diversos	6.051	5.710	5.639
	Engenharia do proprietário	20/12/2007	20/2/2013	9.694	433	2.557
	Correia Transportadora	15/4/2010	Indeterminado	65.073	3.270	12.382
	Carvão	15/7/2011	Indeterminado	77.477	44.866	-
	Cal	02/06/2011	02/06/2015	6.000	6.000	-
	Cal	23/09/2011	23/08/2013	10.975	10.975	-
	Água Bruta	28/10/2011	30/04/2019	38.330	38.330	-
	Óleo Diesel	01/08/2011	01/02/2013	10.740	10.740	-
	Resíduos Sólidos	21/06/2011	21/05/2026	34.354	34.354	-
	Efluentes	10/11/2011	10/10/2031	23.908	23.908	-

	Objeto do contrato	Assinatura	Vigência	Total contratado em 31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010
PECÉM II	Construção UTE-EPC	6/11/2008	6/6/2012	1.071.921	166.059	416.347
	Fornec.de Subestação e Linha de					
	Transmissão 230Kva	15/4/2010	Indeterminado	27.917	7.872	3.395
	Construção UTE-EPC	1/4/2009	30/4/2012	5.243	2.703	3.140
	Construção UTE-EPC	1/4/2009	30/4/2012	3.764	918	2.743
	Compensação ambiental**	5/9/2008	Indeterminado	4.850	2.348	2.348
	Serviços	Diversos	Diversos	36.906	11.725	27.666
	Locação Operacional	1/1/2009	35 anos	49.855	45.937	44.134
	Bay de conexão	22/09/2011	31/05/2012	5.292	3.705	-
	Construção UTE-EPC	27/11/2008	3/13/2012	1.137.308	144.144	204.326
	Consultoria ambiental	10/6/2008	10/10/2009	-	-	308
	Implan.de ação emerg.de geração	20/2/2009	25/10/2011	-	-	347
	Insp.Cont.Turbina e Caldeira	14/4/2009	3/13/2012	2.000	21	588
Serv.de gerenc.e seg. do trab.	22/6/2009	22/6/2012	735	262	585	
Serviço de Engenharia	9/1/2009	9/6/2010	-	-	500	
Serv. Impl. e desenv. Amb. e Sócio Ambiental	9/7/2009	31/10/2011	851	499	756	
Fornec. de Sist. de Transpor. de Correia p/ carvão	24/7/2009	4/12/2011	95.873	3.437	44.135	
SERVIÇOS DE TI	11/8/2009	10/8/2012	698	175	437	
Servs de Gerenc. de Projetos	21/9/2009	21/1/2012	9.400	208	2.470	
Fornec.de Equipamento de descarregador de navio	7/10/2009	31/12/2011	15.845	326	326	
Serv.Enga.Assess.Téc. Exec. Proj. Sis.Capt. Água do Mar	8/12/2009	1/4/2011	-	-	83	
Owner´s Engineering	10/12/2009	9/3/2012	9.883	673	4.144	
Owner´s Engineering	10/12/2009	9/2/2012	-	-	1.990	
Owner´s Engineering	10/12/2009	9/2/2012	3.490	5	1.895	
Mobilização do Canteiro de Obras	28/12/2009	1/4/2011	-	-	112	
Construção do Sistema de tratamento de Água	28/12/2009	2/4/2011	-	-	583	
Gerência de projeto	12/3/2008	5/4/2008	-	-	207	
Projeto básico	1/4/2008	1/9/2008	-	-	120	
Bens e serviços obras civis	1/12/2007	Indeterminado	-	-	47	
Sistemas	10/1/2008	30/6/2009	-	-	121	
Equipamentos	1/12/2007	Indeterminado	-	-	129	
Transporte de funcionários	9/11/2009	9/11/2012	-	-	673	
Fornecimento de passagens aereas e hospedagem e locação de veículos	14/1/2010	14/1/2011	-	-	253	
Consul.e orientação s/Mkt e Public. Especificamente p/o proj. MPX Maranhão.	25/1/2010	18/2/2011	-	-	968	
Serviços de Análises Laboratoriais das águas costeiras da UTE do ITAQUI	4/3/2010	31/10/2011	519	15	519	
Fornecimento de Subestações e linha de transmissão em 230 KW para atender UTE Porto Itaquí.	15/3/2010	15/3/2011	-	-	24	
Instalação e montagem do sistema de captação de água	11/5/2010	21/8/2012	55.115	32.224	20.124	
Serviços de monitoramento do meio biótico	31/5/2010	31/5/2011	-	-	508	
Serviços de terraplenagem, drenagem e proteção de taludes no terreno 8	15/3/2010	1/6/2011	-	-	60	
Fornecimento de Cal Virgem	7/5/2010	7/5/2015	6.000	6.000	6.000	
TAUÁ	Construção Equipamentos e Serviços	16/9/2010	Indeterminado	1.761	65	904

31/12/2010					
	Comercialização energia	Suprimentos	Corporativo	Eliminações e ajustes	Total Consolidado
<b>Geração energia</b>	<b>4.009.886</b>	<b>17.065</b>	<b>272.163</b>	<b>768.748</b>	<b>5.067.862</b>
<b>Balanco patrimonial - ativo Circulante</b>	<b>285.448</b>	<b>15.659</b>	<b>150.975</b>	<b>668.592</b>	<b>1.120.374</b>
Caixa e equivalentes de caixa	121.924	9.022	19.682	195.612	304.467
Contas a receber de clientes	3.434	6.412	-	-	9.846
Estoque	7.068	-	-	-	7.068
Subsídios a receber - CCC	4.191	-	-	-	4.191
Partes relacionadas	337	-	-	(336)	-
Ganhos em operações com derivativos	434	-	128.630	50.180	179.244
Depósitos vinculados	137.578	-	-	365.508	374.678
Outros ativos circulantes	10.482	225	2.663	52.383	65.790
<b>Não circulante</b>	<b>3.724.896</b>	<b>1.406</b>	<b>121.188</b>	<b>1.371.479</b>	<b>3.951.884</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>170.182</b>	<b>-</b>	<b>4.909</b>	<b>-</b>	<b>175.091</b>
Títulos e valores mobiliários	3.263	-	277.707	(277.707)	3.263
Partes relacionadas	24.617	-	-	-	24.617
Subsídios a receber - CCC	205.619	-	56.831	19.407	281.857
Impostos diferidos	24.650	1.404	22	55	26.092
Outros ativos não circulantes	-	-	-	1.022.674	50.459
<b>Investimentos</b>	<b>3.453.969</b>	<b>2</b>	<b>4.851</b>	<b>13.857</b>	<b>3.472.679</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>12.696</b>	<b>-</b>	<b>59.484</b>	<b>16.343</b>	<b>88.523</b>
<b>Intangível</b>	<b>4.009.886</b>	<b>17.065</b>	<b>272.163</b>	<b>2.006.068</b>	<b>5.067.862</b>
<b>Balanco patrimonial - passivo Circulante</b>	<b>326.455</b>	<b>5.883</b>	<b>198.080</b>	<b>322.478</b>	<b>852.559</b>
Empréstimos e financiamentos	3.162	-	40.569	251.078	294.809
Fornecedores	101.161	5.599	5.823	3.471	116.054
Perdas em operações com derivativos	22.744	-	146.000	54.634	223.378
Partes relacionadas	249	21	-	716	649
Outros passivos circulantes	199.139	263	5.688	12.579	217.669
<b>Não circulante</b>	<b>2.767.782</b>	<b>-</b>	<b>44.066</b>	<b>4.253</b>	<b>2.535.628</b>
<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>2.295.172</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.295.172</b>
Empréstimos e financiamentos	46.837	-	43.734	-	90.571
Impostos diferidos	274.901	-	332	2	1.271
Partes relacionadas	150.872	-	-	4.251	148.615
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-	-
<b>Acionistas não controladores</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>43.374</b>	<b>43.377</b>
<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>	<b>953.604</b>	<b>11.183</b>	<b>45.527</b>	<b>1.636.297</b>	<b>1.636.297</b>
<b>Demonstração do resultado Receita operacional líquida</b>	<b>35.575</b>	<b>62.880</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>98.455</b>
<b>Custo de Bens e/ou serviços vendidos</b>	<b>(52.814)</b>	<b>(63.114)</b>	<b>(554)</b>	<b>-</b>	<b>(116.482)</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(42.468)</b>	<b>(84)</b>	<b>(27.706)</b>	<b>(155.909)</b>	<b>(226.167)</b>
<b>Outros resultados operacionais</b>	<b>11.221</b>	<b>-</b>	<b>(7.721)</b>	<b>(5.036)</b>	<b>(22.163)</b>
<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(23)</b>	<b>(170.116)</b>	<b>(1.535)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(135.546)</b>	<b>526</b>	<b>21.759</b>	<b>67.787</b>	<b>(45.745)</b>
<b>Provisão dos tributos correntes e diferidos</b>	<b>58.362</b>	<b>(50)</b>	<b>(7.314)</b>	<b>7.025</b>	<b>58.023</b>
<b>Participação de não controladores</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(635)</b>	<b>(636)</b>
<b>Lucro/Prejuízo do exercício</b>	<b>(125.670)</b>	<b>158</b>	<b>(21.559)</b>	<b>(256.250)</b>	<b>147.070</b>
<b>Informações geográficas</b>					

Os quatro segmentos acima descritos estão divididos geograficamente em três áreas distintas, conforme evidencia o resumo abaixo:

• Sistema Norte-Nordeste - O Sistema Norte-Nordeste é composto pelas unidades de Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., Porto do Pecém Geração de Energia S.A., MPX Porto do Pecém II Geração de Energia S.A., UTE Parnaíba Geração de Energia Ltda., MPX Tauá Energia Solar Ltda. e Amapari Energia S.A..

A planta Porto do Itaqui, usina termelétrica a carvão térmico, está localizada nas proximidades do Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, a capacidade de geração de energia será de 360 MW com contrato de venda de energia firmado a partir de 2012.

Já as usinas termelétricas a carvão pulverizado Porto do Pecém Geração de Energia S.A. e MPX Pecém II Geração de Energia S.A. estão localizadas na região do Porto do Pecém, no Estado do Ceará, possuindo capacidades instaladas de 720 MW e 360 MW, respectivamente.

Ainda na região do Ceará, encontra-se localizada a MPX Tauá, empresa de geração de energia solar, que possui licenciamento ambiental aprovado para capacidade de geração de energia de 5MW, com uma unidade de 1MW já instalada.

A Amapari, Produtor Independente de Energia (PIE) no sistema isolado, compreende uma usina termelétrica de geração de energia a partir de óleo diesel, estando localizada no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá, com capacidade instalada de 23 MW.

A MPX Parnaíba, complexo de geração térmica a gás natural, encontra-se localizada estrategicamente no bloco PN-T-68 da Bacia do Parnaíba, no Estado do Maranhão. O empreendimento já conta com Licença da Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão (SEMA) e terá potência total de 3.722 MW.

• Sistema Sul-Sudeste - O Sistema Sul-Sudeste é composto pelas unidades de Porto do Açú Energia S.A., Nova Sistemas de Energia Ltda., MPX Sul Energia S.A. e Seival Sul Mineração Ltda..

A MPX Açú é o maior complexo de geração *greenfield* licenciado no Sudeste do Brasil, com 5,4 GW. A MPX possui licença de instalação, emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (INEA), para 2.100 MW, utilizando carvão mineral importado como combustível. Além disso, possui também licença prévia para a construção de uma usina térmica a gás natural com capacidade de 3.330 MW. As duas plantas estão localizadas próximas à subestação de Campos dos Goytacazes e os blocos exploratórios de gás natural da Bacia de Campos.

A mina de Seival Sul, localizada no Município de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul, possui reservas comprovadas de 152 milhões de toneladas de carvão mineral. Nesta mesma área, serão construídos os projetos termelétricos da MPX Sul e da UTE Seival, usinas que terão capacidade instalada de 727 MW e 600 MW, respectivamente, a partir desta integração com a mina de Seival Sul, garantirá o suprimento de combustível por 30 anos.

• Sistema Internacional - O Sistema das empresas localizadas no exterior é composto pelas unidades da MPX Colômbia S.A. e a CGX Castilla Generación Ltda..

A MPX possui direitos minerários sobre aproximadamente 65 mil hectares em La Guarija, tradicional região produtora de carvão térmico na Colômbia, reconhecida pela excelente qualidade do carvão, com poder calorífico de 6.000 kcal/kg.

As minas de carvão da Colômbia estarão integradas às usinas em construção e com energia já contratada no Brasil, Pecém I, MPX Pecém II e Itaqui. Além destes, esse sistema incluirá o abastecimento do projeto da MPX Açú, no Rio de Janeiro, e o projeto da CGX Castilla, no Chile.

A CGX Castilla Generación Ltda. desenvolve um projeto integrado, onde estão sendo construídos uma usina termelétrica, um porto e uma desalinizadora, a partir de 6 módulos de 350 MW de carvão pulverizado importado. O empreendimento está situado na costa chilena, a aproximadamente 700 quilômetros ao norte de Santiago, e será conectado a um sistema que abastece 92% da população do país.

## 32. EVENTOS SUBSEQUENTES

### a. ANEEL aprova alteração do cronograma de implantação da Usina Termelétrica de Itaqui

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") aprovou a alteração do cronograma de implantação da usina termelétrica de Itaqui, bem como da data de início de suprimento prevista nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

Em Reunião Pública Ordinária da Diretoria, realizada em 31 de janeiro de 2012, a Aneel aprovou a postergação de até 90 dias para a entrada em operação usina (360 MW). O prazo será contado a partir de 1º de janeiro de 2012.

A usina termelétrica de Itaqui, com capacidade instalada de 360 MW, está localizada no estado do Maranhão, região nordeste do Brasil. O empreendimento comercializou 315 MW médios no leilão A-5 ocorrido em 2007, garantindo uma receita fixa anual de R\$ 287,2 milhões (base: dez/11), indexada ao índice de inflação IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE), por um período de 15 anos.

### b. ANEEL aprova alteração do cronograma de implantação da Usina Termelétrica de Pecém

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") aprovou a alteração do cronograma de implantação da usina termelétrica Energia Pecém, bem como da data de início de suprimento prevista nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

Em Reunião Pública Ordinária da Diretoria, realizada em 24 de janeiro de 2012, a Aneel aprovou a postergação de até 60 dias para a entrada em operação da primeira turbina da usina (360 MW) e de até 150 dias para a segunda turbina (360 MW). Ambos os prazos serão contados a partir de 1 de janeiro de 2012. Energia Pecém, com capacidade instalada de 720 MW, esta localizada no estado do Ceará, região nordeste do Brasil é uma parceria 50/50 entre a MPX e a Energias do Brasil S.A. O empreendimento comercializou 615 MW médios no leilão de energia A-5 ocorrido em 2007, garantindo uma receita fixa anual de R\$543,3 milhões (base: dez/11), indexada ao índice de inflação IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE), por um período de 15 anos.

### c. Licença de instalação e empréstimo ponte na OGX Maranhão

Em 23 de janeiro de 2012 a coligada, OGX Maranhão, recebeu da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA/MA) a Licença de Instalação ("LI") para o empreendimento de produção e escoamento de gás natural nos campos Gavião Real e Gavião Azul, na Bacia do Parnaíba ("Empreendimento") e realizou captação de empréstimo-ponte no valor total de R\$600 milhões para financiar o Empreendimento. O empréstimo-ponte, já desembolsado, foi realizado em parcelas idênticas pelo Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander Brasil S.A. e Morgan Stanley Bank N.A., tem prazo de amortização de 2 anos contados a partir da data de desembolso, pagamentos semestrais de juros e garantias corporativas da OGX Petróleo e Gás Participações S.A. e MPX proporcional às respectivas participações na OGX Maranhão.

O presente financiamento supre as necessidades de caixa da OGX Maranhão para o desenvolvimento do Empreendimento, com investimento estimado em US\$ 450 milhões, incluindo a perfuração de poços de produção e construção da Unidade de Tratamento de Gás ("UTG") e de outros facilitados.

A produção de gás natural deverá ter início no segundo semestre desse ano, podendo atingir até 6 milhões de metros cúbicos por dia em 2013. O gás natural produzido será fornecido para a primeira fase da Usina Termelétrica Parnaíba, com capacidade total contratada de 1,5 GW, uma parceria entre MPX (70%) e Petra Energia S.A. (30%).

### d. Joint Venture - E.ON

Em 11 de janeiro de 2012 a MPX Energia S.A. firmou um Termo de Compromisso com a E.ON AG ("E.ON"), uma das maiores empresas privadas de energia e gás no mundo, estabelecendo os principais termos e condições de uma Transação (a "Transação") segundo a qual (i) a MPX e a E.ON formarão uma joint venture 50%:50% ("JV") com o objetivo de avançar as significativas complementaridades de ambas as companhias para acelerar o crescimento e desenvolver um negócio de energia maior e mais rentável no Brasil; (ii) a MPX irá levantar R\$1.000.000.063,00 (um bilhão e sessenta e três reais) através de um aumento de capital no qual a E.ON deverá investir em última instância aproximadamente R\$850 milhões para alcançar uma participação de 10% na MPX.

A parceria entre a MPX e a E.ON deverá resultar na criação da maior empresa privada de energia do Brasil, objetivando atingir uma capacidade de geração total de 20 GW. A E.ON identificou o Brasil como uma região prioritária para futuros investimentos e selecionou a MPX como a empresa melhor posicionada para uma parceria que servirá como plataforma para capitalizar o alto crescimento projetado para o país.

A Transação, de acordo com o Termo de Compromisso, contempla:

(a) Joint Venture entre MPX e E.ON. A JV a ser formada entre MPX e E.ON será o único veículo de investimento para novos projetos de energia de ambas as companhias no Brasil e no Chile e será responsável pelo desenvolvimento, execução e operação de empreendimentos de energia térmica e renovável nestes países, além de todas as atividades de suprimento e comercialização. A JV será formada como uma nova companhia, controlada por MPX e E.ON na proporção de 50%:50%.

A MPX contribuirá a JV, a valor contábil, (a) 50% da carteira de empreendimentos térmicos sem contrato de compra e venda de energia ("Atual Carteira de Projetos Térmicos") e, adicionalmente, no caso do projeto do Acu, a E.ON terá uma opção de compra em nome da JV de uma participação adicional de 38,9%, permitindo assim que cada um dos sócios alcance uma participação econômica de 50% no projeto; (b) 100% das atividades de suprimento e comercialização da MPX; (c) 100% dos projetos de energia renovável da MPX ("Atual Carteira de Projetos de Energia Renovável"), conforme descrito abaixo.

Além dos 50% remanescentes da Atual Carteira de Projetos Térmicos, a MPX irá manter sua participação atual nos empreendimentos de geração com energia contratada, atualmente em operação e construção, nomeadamente as usinas Energia Pecém, Pecém II, Itaqui, Parnaíba e Amapari, assim como nas concessões de gás natural na Bacia do Parnaíba, detidas através da coligada OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A., com recursos prospectivos riscados superiores a 11 Tcf, e na mina de carvão de Seival, conforme descrito abaixo.

De forma a permitir que a JV acelere a implementação de sua carteira de projetos, E.ON e MPX irão, caso a caso, analisar a possibilidade de pré-financiamento pela E.ON da porção de capital próprio da MPX nos projetos implementados pela JV.

(b) Aquisição de Participação Minoritária na MPX - A MPX irá levantar R\$ 1.000.000.063,00 (um bilhão e sessenta e três reais) através de um aumento de capital ("Aumento de Capital") no qual a E.ON deverá investir em última instância aproximadamente R\$850 milhões, objetivando alcançar uma participação de 10% na MPX ("Participação Acionária Alvo"). A E.ON fará um investimento ("Investimento") de até R\$1,0 bilhão inicialmente. O valor final investido pela E.ON será ajustado de acordo com condições estabelecidas em acordos de opções de compra/venda entre o Sr. Eike Batista e a E.ON para que a Participação Acionária Alvo seja alcançada ("Put/Call"). Após o exercício da Put/Call, até o final de 2012, o Investimento deverá totalizar aproximadamente R\$850 milhões. O preço de exercício aplicável as opções de compra/venda deverá ser igual ao preço por ação do Aumento de Capital, ajustado pelo IPCA. Como parte de sua participação minoritária estratégica, a E.ON terá direito a nomear um membro para o Conselho de Administração da MPX.

O Investimento será realizado após efetuada a conversão de debêntures em ações ordinárias da MPX e aprovada pelos detentores das debêntures conversíveis a cisão dos ativos de mineração de carvão na Colômbia para uma nova companhia a ser criada, com a transferência de até R\$814 milhões em caixa atualmente detidos pela MPX para essa nova companhia, denominada "CCX" ("Cisão"). Com a Cisão, a CCX passará a ser uma companhia independente, listada no Novo Mercado da BM&FBovespa, e os acionistas da MPX receberão uma ação da CCX para cada ação da MPX que detiverem. Os detentores de debêntures da MPX que optarem por não converter suas debêntures em ações ordinárias da MPX antes da Cisão não farão jus ao recebimento de ações da CCX.

O Conselho de Administração da MPX deliberará então sobre o Aumento de Capital mediante emissão de novas ações ordinárias da MPX em um valor total a ser determinado pelo Conselho de Administração de forma a permitir a implementação do Investimento. Os acionistas da MPX terão direito de preferência na subscrição do Aumento de Capital.

O Sr. Eike Batista cederá à E.ON seus direitos de preferência para a subscrição de novas ações ordinárias da MPX, para permitir que a E.ON efetue o Investimento e atinja a Participação Acionária Alvo. MPX e E.ON estão certas do valor excepcional que a transação e a carteira de projetos da MPX representam e, sendo assim, o Aumento de Capital será efetuado a um prêmio significativo em relação ao mercado. O preço por ação do Aumento de Capital irá refletir as conversões de debêntures em ações ordinárias da MPX.

Estrutura Acionária da MPX Após Cisão da CCX, JV e Aumento de Capital Propostos.

A MPX demonstrou consistentemente capacidade diferenciada no desenvolvimento e licenciamento de projetos, fato evidenciado por seu portfólio de 14 GW em projetos de geração de energia licenciados. Adicionalmente, com seu vasto conhecimento do mercado de energia brasileiro, a MPX desenvolveu uma bem-sucedida estratégia de integração vertical, garantindo fornecimento de combustível altamente competitivo para as suas usinas. A excelência da Companhia na comercialização de energia permitiu que fossem assegurados contratos de longo prazo, com taxa de retorno diferenciadas, para aproximadamente 3 GW, em apenas 4 anos. A capacidade contratada esta em construção e deve estar plenamente operacional até 2014. A parceria também fortalecerá ainda mais as plataformas de energia renovável e gás da MPX, uma vez que a E.ON esta entre as companhias líderes no mundo em energia renovável, com quase 4 GW em capacidade eólica e forte presença nos setores de energia solar e de biomassa. Um grande *player* no segmento de gás, com 64 bcm de gás natural contratado e produção *upstream* incluindo *equity gas* de aproximadamente 7,5 bcm por ano, a E.ON também detém e opera expressiva capacidade de armazenamento de gás na Europa e um sistema de transmissão de gás de 12.000 km de extensão.

Adicionalmente, a *joint venture* se beneficiará da ampla experiência da E.ON no desenvolvimento, execução e operação de um portfólio de geração de 69 GW, dividido entre renováveis, gás, carvão e nuclear, e de sua capacidade global de comercialização e suprimento, que irão aumentar a eficiência de toda a cadeia de suprimento e ajudarão a maximizar fluxos de caixa. Somente em 2010, o braço de comercialização da E.ON, suportado por uma das mais amplas e diversas bases de ativos de energia e gás na Europa, negociou 1.500 bilhões de kWh de eletricidade, 2.000 bilhões de kWh de gás, 650 milhões de toneladas de carbono e quase 300 milhões de toneladas de carvão.

A assinatura e a conclusão da transação estão condicionados a obtenção das aprovações societárias e de terceiros aplicáveis e a negociação dos documentos definitivos da transação.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Eike Fuhrken Batista** (Presidente)  
**Eliezer Batista da Silva** (Vice-Presidente)  
**Flavio Godinho**  
**Luiz do Amaral de França Pereira**  
**Paulo Manuel Mendes de Mendonça**  
**Paulo Monteiro Barbosa Filho**  
**Rodolpho Tourinho Neto**  
**Samir Zraick**  
**Christopher David Meyn**

## DIRETORIA

**Eduardo Karrer** - (Presidente e Diretor de Relações com Investidores)  
**Rudolph Ihns**  
**Marcus Bernd Temke**  
**Xisto Vieira Filho**  
**Bruno de Rossi Chevalier**

**Ana Paula Vergetti Diniz**  
**Contadora**  
CRC - RJ - nº 087040/O-9

## Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da MPX ENERGIA S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia (controladora e consolidado), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalva, emitido pela KPMG Auditores Independentes em 21 de março de 2012, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2012.  
Conselho Fiscal da MPX Energia S.A.

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **MPX Energia S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MPX Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MPX Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da MPX Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da MPX Energia S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligada e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, as controladas Porto do Pecém Geração de Energia S.A., MPX Pecém II Geração de Energia S.A., UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., UTE Porto do Açú Energia S.A., Seival Sul Mineração Ltda., UTE MPX Sul Energia Ltda., MPX Viena GmbH, MPX Áustria GmbH, MPX Colômbia S.A., Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A., MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda., Termopotantal Ltda., Nova-Sistemas de Energia Ltda., UTE Parnaíba Geração de Energia S.A., Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A., Kebiny S.A., CGX Castilla Generación de Energia Ltda., Usina Termelétrica Seival Ltda. e UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A encontram-se em fase pré-operacional. A recuperação dos valores registrados no ativo não circulante depende do sucesso das operações futuras da Companhia e de suas controladas, coligadas e controladas em conjunto, bem como estas dependem do suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros até que suas operações se tornem rentáveis. Os planos da Administração da Companhia e de suas controladas com relação às atividades operacionais estão descritos nas Notas Explicativas nºs 1 e 13.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2012



KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Vânia Andrade de Souza  
Contadora CRC RJ-057497/O-2</